

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

O PT e as Forças Armadas

Elementos de um programa democrático e popular na luta contra o poder militar encravado na "Nova República" (Págs. 9 a 12)

Jesus Carlos

Maio de 1989 — Nº 234 — Ano XII — NCz\$ 0,80



Editorial

Um novo patamar no debate sobre o programa da candidatura Lula (Págs. 2 e 3)

Greves crescem e acuam o "Plano Verão"

(Pág. 8)

A dinâmica das reformas de Gorbatchev

(Págs. 13 a 17)

Um novo patamar no debate

Consolida-se a idéia de que o PT, para iniciar a resolução dos grandes problemas que afetam o país, terá de assumir uma dinâmica de choques com o imperialismo, com o capital monopolista, com os latifúndios e grandes banqueiros. Agora, trata-se de clarificar e desenvolver esta perspectiva nas propostas concretas de governo.

O documento "Diretrizes para a elaboração de um programa de governo" aprovada pelo Diretório Nacional do PT em abril é um marco no processo de preparação do partido para a grande disputa de 15 de novembro. O seu conteúdo reflete um grande avanço em relação à primeira resolução sobre a candidatura Lula, aprovado pelo Diretório Nacional em 11 de dezembro do ano passado. Situa-se, na linha das resoluções do V Encontro Nacional, em uma perspectiva clara de luta de classes.

A idéia de que o partido caminha para uma consolidação e avanço das resoluções do V Encontro fica reforçada com a leitura das teses que a tendência *Articulação* apresenta à convenção estadual paulista, que prepara o VI Encontro Nacional a ser realizado em junho. Estas teses, em vários itens, contêm formulação mais claras ainda do que o documento "Diretrizes..." recém-aprovado pelo Diretório Nacional.

Esta evolução das posições do partido reflete decerto vários processos: a radicalização da luta de classes e o sentimento de autoconfiança trazido tanto pela vitória eleitoral de novembro de 1988 quanto pelo êxito da greve geral de 14 e 15 de março; a pressão das bases e o próprio debate interno, no qual as posições mais atrasadas e conciliadoras ficaram em nítida minoria.

Podemos afirmar que o documento aprovado cria um campo comum com as análises e posições que a tendência *Democracia Socialista* vem desenvolvendo especialmente após as mudanças na luta de classes introduzidas pelas eleições de novembro de 1988. Trata-se agora de consolidar este campo, clarificá-lo e extrair dele todas as consequências políticas para a campanha



Lula discursa, como candidato à presidência, aos operários em greve no ABC

de Lula. É, sem dúvida, o grande desafio até o VI Encontro Nacional.

A visão da crise e das tarefas

O documento do Diretório Nacional trabalha com a idéia de uma crise estrutural do capitalismo brasileiro na década de 80 (expresso na queda brutal da taxa média de crescimento da economia em relação à sua média histórica após a segunda guerra mundial), e do agravamento da crise social dela decorrente.

Diz ainda: "é visível o fracasso de sua estratégia política de transição controlada, de passagem da ditadura militar para um governo civil autoritário, comandado pelo falido governo Sarney. Todas as tentativas de garantir a hegemonia política das classes dominantes através do PMDB e da 'Nova República', dos sucessivos planos e choques econômicos, foram derrotados pela mobilização sindical e popular."

Após realçar a mudança na correlação de forças em favor dos trabalhadores ocorrida ao longo dos últimos quinze anos, o documento afirma: "Embora não exista uma crise de tipo revolucionária, nem

mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, a presidência da República, inaugurando um novo período no qual, com a posse do governo — portanto, de parte importante do poder de Estado — a disputa pela hegemonia se dará em um outro patamar. Estará colocado para o PT e para as forças democráticas e populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, de lutas políticas e sociais. Tudo isso criará condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas."

Podemos afirmar que temos concordância com tudo isso: a crise é estrutural, é global, indica a possibilidade de alterações rápidas na correlação de forças, principalmente em caso de vitória do PT nas eleições presidenciais.

Temos apenas diferenças de ênfase. Embora concordemos que a situação atual não possa ser hoje caracterizada como revolucionária, temos usado o conceito de *crise nacional* para afirmar que o período atual coloca, em última instância, a disputa pelo poder e pela direção da sociedade em questão.

E mais: já constatamos hoje o início de uma crise de regi-

me, das leis e instituições da "Nova República", que pode se tornar uma crise frontal e aberta no caso de uma vitória do PT nas eleições. Fica, assim, uma colocação mais afirmativa da necessidade do partido se preparar para um enfrentamento mais decisivo com as classes dominantes em um prazo que pode não estar muito longe.

O caráter do governo e do programa

O documento do Diretório Nacional, na linha do V Encontro Nacional, define claramente o sentido antimonopolista, antiimperialista e anti latifundiário do programa de governo: "Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os banqueiros, os latifundiários, os grandes oligopólios, além de grupos privados associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro. Não se trata de um enunciado histórico ou de uma avaliação sociológica, mas da realidade política e econômica do Brasil de hoje. Assim, qualquer política que pretenda resolver os problemas sociais e econômicos do Brasil terá de defrontar com os interesses desses setores da classe dominante. Por

isso, não se fará a reforma agrária, não se suspenderá o pagamento da dívida externa nem se promoverá uma reforma tributária e administrativa sem se chocar com o latifúndio, com os credores internacionais, com as grandes fortunas e com a burocracia civil e militar."

A idéia do governo do PT é vinculada à luta pela mudança da correlação de forças em favor dos trabalhadores: "Nosso projeto político vai mais além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o país, realizar uma revolução política e social. Para ganhar a eleição e realizar um governo popular, precisamos mudar a correlação e o acúmulo de forças."

É enfatizada a visão de que um governo do PT só poderia se viabilizar através da mobilização popular: "Sabemos que o programa democrático-popular se chocará com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato de Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper as regras do jogo, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode

sobre o programa

ser a mais ampla mobilização popular e a luta social.”

Por fim, é rejeitada uma separação rígida entre o governo do PT e a luta pelo socialismo: “Qualquer separação nesta linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada do poder, ou levar ao rebaixamento político de incorrer no desvio de pretender reformar o capitalismo ou de administrá-lo. No debate político-ideológico ao longo da campanha eleitoral, deixaremos clara nossa opção pelo socialismo, um socialismo com democracia, com liberdade de organização dos trabalhadores, que rejeita a concepção burocrática e a visão do partido único.”

A idéia de que o governo deve ter um programa de transição, — isto é, que não sendo socialista imprime uma dinâmica anticapitalista, não estabelecendo uma separação de etapas históricas — é expressa com mais clareza no item 18 das teses que a Articulação apresenta em São Paulo: “Frente ao tipo de Estado existente no Brasil e diante do estágio do desenvolvimento do capitalismo no país, a consolidação de um governo democrático-popular — antiimperialista, antimonopolista e anti-latifundiário — permitirá à classe trabalhadora e a seus aliados avançarem, no mesmo processo histórico, até o socialismo.”

Estado burguês e poder popular

O documento “Diretrizes...” estabelece corretamente um vínculo estratégico entre a luta pela democracia e o socialismo: “O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo desta construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. (...) O PT quer a democracia e aceita a disputa político-cultural na sociedade. Vamos contrapor os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, com a certeza de que seremos capazes de vencer, construindo uma alternativa do poder democrático, socialista e revolucionário.”

Em outro trecho, o documento indica a relação entre o governo democrático-popular e a luta pela democracia: “O objetivo permanente de um governo democrático e popular, como o próprio nome indica, é a democracia da maioria, fundada na liberdade com igualdade para todos os cida-

dãos. Com a criação de condições políticas e institucionais para a auto-organização e a participação popular no governo, abrem-se canais para novas instituições democráticas. Isto significa ampliar e consolidar os espaços democráticos. Significa também eliminar o monopólio do poder e a coersão que a burguesia detém. Na mesma linha, são tarefas de um governo democrático-popular promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; o aperfeiçoamento da democracia eleitoral e do sistema de representação parlamentar; a consolidação da liberdade sindical e do direito de greve; a democratização do Judiciário e dos meios de comunicação; a garantia do pleno exercício dos direitos e da cidadania. Sobretudo, caberá ao partido e aos movimentos sociais organizarem o poder popular, abrirem campo para a auto-organização dos trabalhadores e para seu controle sobre o aparato administrativo do Estado e, mesmo, da produção.”

Podemos dizer que este conjunto de formulações sugere a idéia básica de que o governo democrático e popular entrará em choque com as instituições do Estado burguês e terá que ir se apoiando progressivamente em formas de poder popular. É certo, no entanto, que estas formulações têm ainda de ser bastante clarificadas e desenvolvidas.

A primeira noção é que o governo democrático e popular exacerbará o confronto entre a luta por mudanças e o atual texto constitucional. O documento do Diretório Nacional afirma: “Sendo assim, o PT e os demais partidos e forças que elegerem Lula presidente terão de realizar uma mobilização social para inclusive, emendar a Constituição e criar também condições institucionais para a implementação do Programa de Ação do Governo.” As teses da Articulação desenvolvem positivamente este tema em um longo item “Os movimentos sociais e a Constituição”.

No que se refere às Forças Armadas, tema chave, a colocação “promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar” é limitada e excessivamente genérica. Esta edição de EM TEMPO traz uma contribuição especial para a discussão do tema (ver páginas 9 a 12).

Fala-se do “aperfeiçoamento da democracia eleitoral e do sistema de representação parlamentar”, sem, no entanto, esclarecer as propostas.

Fica também muito genérica a idéia do que seria o “poder popular”, embora o tema cha-

ve da auto-organização apareça em várias passagens.

Desafios

É preciso, em primeiro lugar, fazer com que estas definições sobre a gravidade da crise, as responsabilidades e tarefas do PT sejam socializadas para o conjunto dos militantes. As dezenas de milhares de petistas de todo o país têm de estar preparados para o duríssimo confronto político e ideológico que vai se travar nestas eleições presidenciais.

Em segundo lugar, é fundamental que Lula estabeleça uma sintonia entre as suas declarações e entrevistas à imprensa com esta linha de definições do partido. Só traz desorientação qualquer ambição de cercar a candidatura Lula de um perfil socialdemocratizante ou mesmo de atenuar a sua vocação de luta contra os grandes grupos do capital.

É exatamente o contrário que deve ser feito: aprofundar algumas iniciativas da candidatura tomadas no final de abril, vinculando-a ao grande ciclo de greves que marca hoje a disposição da classe trabalhadora forjar uma alternativa ao governo Sarney.

Por fim, há o esforço de tirar todas as conseqüências, no campo das propostas e medidas de governo, do documento aprovado no Diretório Nacional.

Além de polêmicas importantes, mas localizadas, sobre o tema da energia nuclear, sobre as relações do Estado com o ensino privado, podemos visualizar dois grandes eixos nos quais o debate deve se concentrar.

Um primeiro se refere às propostas do partido com relação ao conjunto das instituições estatais, em particular as Forças Armadas. Ele exige e expõe toda a visão de que o partido está desenvolvendo sobre as relações entre democracia e socialismo, sobre a crítica ao Estado burguês.

Um segundo eixo, que já se mostrou alvo de grandes divergências nos debates do Diretório Nacional, se relaciona com a postura do Estado diante da economia. Ele é mais profundo e globalizante do que a mera definição de uma política econômica conjuntural para o governo petista. Trata-se de equacionar uma política coerente que, incidindo sobre a dívida externa, sobre o sistema financeiro, sobre os principais bastiões do capital monopolista e o latifúndio, vá estabelecendo sobre a economia um crescente controle social, faça prevalecer o interesse da maioria da população sobre a lógica dos “superlucros” que domina o mercado capitalista no Brasil.



EM TEMPO lança campanha de assinaturas

É preciso estar à altura dos novos tempos.

EM TEMPO está se esforçando para isso. Aumentamos de 12 para 16, e agora, 20 páginas a edição mensal do jornal. Temos agora mais espaço para comentar, polemizar e aprender as grandes lições da história do movimento operário, as imensas tarefas de hoje, as nossas esperanças e perspectivas de luta por uma democracia socialista.

A tiragem começa também a progredir, acompanhando o vigoroso fluxo de novos militantes que constroem o PT e a CUT em todos os cantos do país.

A legitimidade deste esforço está amplamente fundamentada. EM TEMPO é um jornal da tendência Democracia Socialista do PT e, como tal, limita a sua circulação aos militantes e filiados do partido. É um instrumento de enriquecimento da cultura e da democracia partidária.

Sempre, desde o início, apostamos no PT. Apostamos no que seremos capazes de construir.

No início desta campanha de assinatura, lembramos a frase que Gramsci inscreveu como lema do jornal L'Ordine Nuovo, nos tumultuados anos de ascenso do movimento operário italiano nos anos finais da segunda década do século:

“Instrui-vos. Porque precisamos de toda nossa inteligência.

Mobilizai-vos. Porque precisamos de toda nossa energia.

Organizai-vos. Porque precisamos de toda nossa força.”

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 10,00 () Normal: NCz\$ 8,00

Nome:

Endereço:

CEP Cidade Estado

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Francisco Leitão, 57 — Cep 05414 — São Paulo — SP

Alguns eixos para a ação da prefeitura

Governamos hoje 36 prefeituras em todo o Brasil, inclusive algumas das mais importantes, como São Paulo, Porto Alegre e Campinas. As administrações municipais petistas passam a ser um dos referenciais básicos (senão o principal, neste momento) pelo qual nós, petistas, estamos sendo avaliados por amplas parcelas da população, particularmente nestas cidades. E a experiência da prefeitura paulistana é, sem dúvida, a mais rica de todas que estamos desenvolvendo, exigindo um acompanhamento e discussão pelo conjunto do partido.

José Correa

Há um enorme problema de tempo político colocado hoje para nós nas cidades que governamos, com destaque para São Paulo. De um lado, o voto de confiança que recebemos tende a se desgastar se não conseguirmos transmitir, através de nossa atuação político-administrativa à frente destas prefeituras, uma imagem que seja radicalmente diferente dos governos anteriores.

Há muitas explicações para a falta de ofensividade ou, colocado de forma positiva, para a postura prudente do PT à frente das prefeituras que dirige: nossa inexperiência enquanto partido no terreno da administração pública (reforçada pela consciência dos erros cometidos em Diadema e Fortaleza); o fato de se tratar, em grande medida, de um território que nos era desconhecido, com o desafio de dirigir

uma máquina montada para atender interesses opostos aos que defendemos; o quadro catastrófico que encontramos em algumas cidades, do ponto de vista da dilapidação do patrimônio público e desaparelhamento da prefeitura.

Esta postura prudente era, num momento inicial, correta. Mas agora já não se justifica e não será compreendida pelos setores sociais que nos colocaram à frente dos governos municipais. Passar à ofensiva, ter iniciativas de impacto é agora o aspecto mais decisivo das administrações petistas.

O que pretendemos com esse artigo é discutir, a partir principalmente da experiência de São Paulo, que nos parece exemplar, as dificuldades que estamos encontrando para passar à ofensiva no plano político-administrativo. Naturalmente não é o caso de se insistir sobre uma série de aspectos sobre os quais o partido está cons-

truindo um importante grau de unidade e uma compreensão de como enfrentá-los (ver box abaixo, com a posição da chapa **Construção** ao Diretório Municipal de São Paulo).

O marco estratégico fundamental

A constituição de uma administração municipal petista pode ser parte essencial da construção de um campo popular cada vez mais amplo e coeso na sociedade, hegemônico por uma perspectiva socialista revolucionária cada vez mais clara. Mas já coloca, simultaneamente, ainda que em escala reduzida, grande parte dos problemas relacionados à formação de um governo democrático e popular no plano federal e à preparação das condições para a disputa do poder na sociedade.

Trata-se, em última instância, de como nos contrapormos — à frente de um governo — à lógica mais

profunda de reprodução do Estado burguês, que é a mesma que organiza suas distintas esferas, do plano federal ao municipal. Naturalmente, a relação de forças é distinta caso se trate de uma prefeitura (mesmo que seja a de São Paulo) ou o governo federal, bem como a agudeza dos problemas e a possibilidade de dar-lhes uma solução efetiva. Porém, o posicionamento global, a postura frente ao Estado burguês, sua máquina e a condição de um governo com caráter de classe proletário não pode ser de qualidade distinta.

A relação com o Estado

O Estado vai se configurando, com o desenvolvimento de sucessivas sociedades de classe, que culminam no capitalismo contemporâneo, como um corpo de indivíduos separados, que assumem funções antes realizadas diretamente pela coletividade (e, portan-

Pontos de estrangulamento

O IV Encontro Municipal da cidade de São Paulo (5, 6 e 7 de maio) vai realizar um balanço dos primeiros meses da gestão petista desta prefeitura. Isso se dará a partir da discussão do **Plano dos Cem Dias**, sobre o qual a administração apresentou um "Relatório de prestação de contas em cumprimento ao Plano de Emergência para a cidade de São Paulo".

A chapa **Construção**, uma das três que disputam tanto o D.M. da capital quanto o D.R. de São Paulo, é integrada, entre outros setores, pela Democracia Socialista, pela Vertente Socialista (antes PPS) e pelos companheiros ligados aos deputados José Genoio e Ivan Valente. Ela apresentou ao encontro da capital um texto intitulado **Balanço e perspectivas da administração**, do qual extraímos a passagem seguinte, que conclui o diagnóstico da situação atualmente enfrentada pela administração petista.

"Nesse quadro, nosso desafio em relação à administração é localizar os principais pontos de estrangulamento contra os quais nos chocamos e que nos impedem de desenvolver uma ação mais incisiva na implantação de nosso programa e na defesa dos interesses populares à frente da Prefeitura. Alguns pontos se destacam já na avaliação deste curto período.

As dificuldades encontradas hoje pelo Partido e pela administração remontam ao período eleitoral e já eram sentidas na própria campanha. A precariedade com que o programa e a plataforma eleitoral foram elaborados e utilizados durante a campanha; a ausência de um vínculo mais estreito entre o Plano de Emergência da administração (Plano dos Cem Dias) e o programa de governo do Partido; o pouco acúmulo no trato das questões institucionais, entre elas a relação com o Parlamento, com o Executivo.

A falta de um norte político bem definido, a ausência de estratégias globais de governo e as dificuldades de planejamento levaram a ações pouco ousadas no enfrentamento das grandes questões e na relação com os movimentos sociais. Ainda pesa muito na administração a burocracia, o legalismo. A Prefeitura ainda carece de uma equipe central de coordenação, ágil e articulada, capaz de oferecer respostas centralizadas no plano de administração e da sua ação, tanto no nível político-administrativo quanto na política geral. Ainda não conseguimos construir uma estratégia mais global que permita à administração aproveitar todo o potencial que tem para ser uma alavanca na luta contra o governo federal e sua política econômica, responsável por muitas

dificuldades que enfrentamos no plano municipal.

A área de comunicação social é um ponto de estrangulamento para a realização do programa de governo, na medida em que compromete a mobilização social em defesa das medidas que se pretende adotar, bem como, na nossa ofensiva frente os ataques da direita e o cerco dos meios de comunicação de massa. Ela é absolutamente decisiva para nossa administração, e um requisito para a participação popular. Esta, entretanto, foi a área onde o desempenho da administração foi mais frágil.

A atuação do Partido também deve ser avaliada, uma vez que cabe a ele o papel fundamental de viabilizar a sustentação política de massa às administrações populares. A ação do partido é fundamental para garantir a articulação das relações entre a administração e os movimentos. Sem uma política de implantação real dos conselhos populares, com o esvaziamento das instâncias partidárias, ressentindo-se de informações por parte da administração e sem um jornal do Partido, questionada pela população e tendo que responder a críticas e provocações, a militância petista encontra-se desorientada e desmobilizada.

As debilidades do Partido são expostas: a falta de quadros, sugados pela administração, fragilizando o

Partido e sua intervenção, seu precário enraizamento e capacidade de ação articuladas nos movimentos populares; a nossa elaboração insuficiente em muitos campos, em particular o da ação governamental; a falta de uma linha política mais coesa, dificultando a atuação e o exercício de seu papel dirigente. Tudo isso se reflete na fragilidade da sustentação orgânica que temos sido capazes de oferecer à administração democrática e popular.

Constatamos um grau ainda limitado de construção do movimento popular, marcado pela fragmentação corporativista e a despolitização. Isso dificulta a articulação entre a ação político-administrativa e a mobilização social, abre espaços que podem ser utilizados pela direita, permite a manutenção do esquema de clientela, ajuda a criar contradições de difícil solução entre setores do movimento. É nesse quadro que se torna mais aguda a necessidade da ação do Partido na articulação das relações entre a administração e os movimentos, atuando no sentido da politização, unificação e avanço na compreensão das relações entre as reivindicações imediatas e localizadas em nível municipal e a política geral do governo. É também nesta situação que temos que enfrentar uma estratégia coerente para a construção dos Conselhos Populares."

to, por ela controladas). Este corpo de "especialistas", funcionários ou burocratas articula-se e subordina-se à classe dominante.

Este corpo de "especialistas", funcionários ou burocratas vão se organizando em todo um conjunto de instituições (governo, administração, forças militares e policiais, judiciário, órgãos de representação legislativa) que assumem uma série de funções — a garantia das condições gerais de produção (e reprodução, no caso, por exemplo, da força de trabalho assalariada) que não podem ser obtidas somente pela atividade "privada" dos membros da classe dominante.

A relação com o aparelho de Estado burguês tem sido a questão decisiva na história do movimento operário. Da socialdemocracia ao eurocomunismo, sucessivos partidos operários se amoldaram à institucionalidade vigente e perderam seu caráter revolucionário na medida em que conquistavam posições no aparelho de Estado.

O desafio do PT é, ganhando governos cada vez mais importantes, conseguir manter no interior da máquina de Estado uma posição crítica, uma desconfiança permanente, uma prática que a subverta, que quebre a lógica da acumulação de capital e a relação de alienação das massas populares frente às atividades de gestão das coisas públicas, permitindo sua auto-organização e capacitando-as a gerirem diretamente a sociedade.

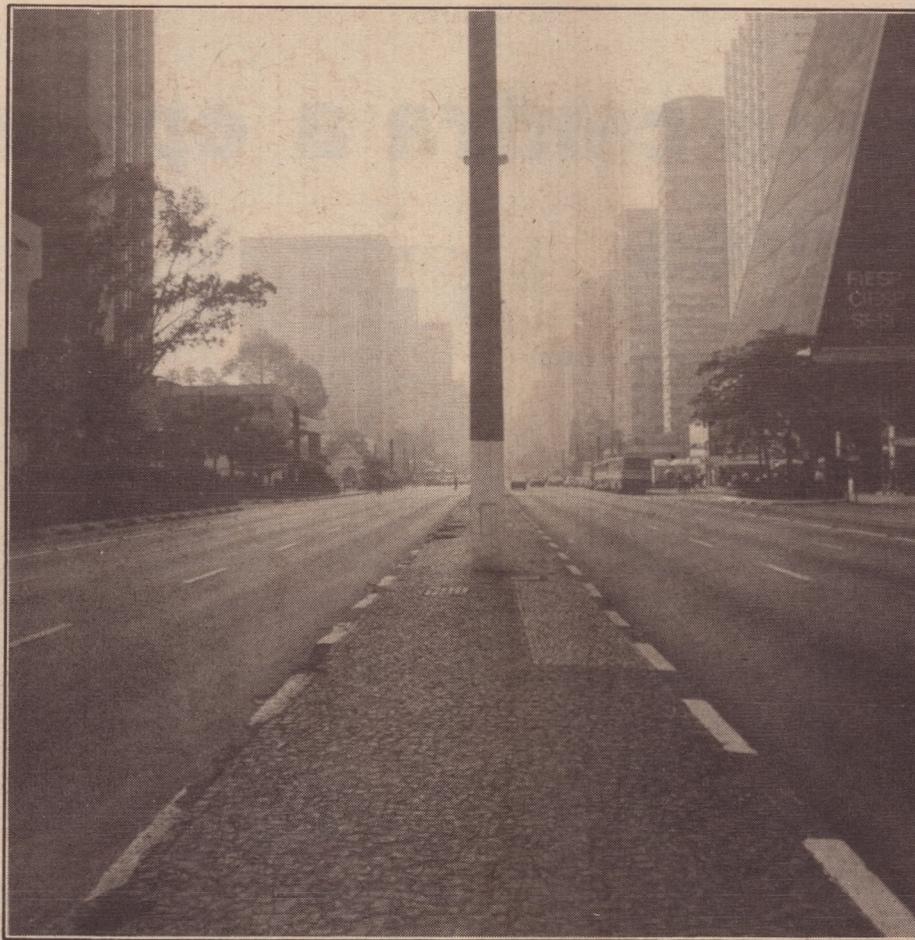
Alianças sociais

Nossa política de alianças tem que contemplar uma definição clara de prioridades não apenas de setores burgueses a serem atacados mas também de setores do campo popular a serem beneficiados com os recursos de que dispõe uma prefeitura.

Em São Paulo, o PT dispõe de uma base cuja expressão eleitoral variava, até a última eleição, entre 15 e 20% dos eleitores. Nesta eleição fomos sufragados por uma faixa entre 25 e 30% (diferença dada pelos votos nos majoritários e vereadores, votação da frente etc.). Uma prioridade clara na ação político-administrativa da prefeitura é consolidar esta ampliação da base social petista, que tem relação principalmente com os movimentos sociais, os setores organizados que atingimos e os setores democráticos em geral.

Em segundo lugar, a conquista da prefeitura nos abriu o acesso a uma série de setores que têm suas atividades diretamente regulamentadas pela administração. É necessário implementar uma política coerente que, dentro dos recursos de que dispomos, priorizem estes setores. Temos que ter definições claras do grau de adesão que buscaremos de cada um deles: funcionários municipais, taxistas, pequenos comerciantes e proprietários de lojas, ambulantes, feirantes etc.

Poderemos através destes dois aspectos — a consolidação de nossa base social e a incorporação a ela de setores sociais cuja adesão priorizaremos através da ação da prefeitura — dar um salto



de qualidade na construção deste bloco que, mesmo não sendo ainda majoritário, poderá ser qualitativamente mais amplo que até agora.

Medidas de impacto

Um dos objetivos frustrados do "Plano dos cem dias" em São Paulo era desencadear algumas medidas de impacto junto a amplos setores da população. Infelizmente não pudemos defini-las naquele momento. Hoje, porém, já podemos. E um dos aspectos dos quais mais se ressentem a administração municipal é justamente a ausência da definição de algumas iniciativas centrais, ligadas a questões para nós decisivas, em torno das quais vão se articular os enfrentamentos políticos fundamentais que travaremos.

Parece claro que em São Paulo será em torno da questão da tarifa dos ônibus que se travarão enfrentamentos decisivos para a implementação do programa do PT. Como a pressão dos empresários pelo reajuste das tarifas é periódica, as medidas de impacto nesta área podem ser pensadas com antecipação e com um amplo processo de envolvimento popular, tanto pela ação da prefeitura como do partido.

Provavelmente o único outro problema urbano onde poderemos ter um processo de mobilização popular importante, ainda que não com tanto impacto, é a discussão do orçamento do próximo ano. Outras questões tendem a ter, como no processo já vivido na questão da moradia, um alcance mais localizado e não poderem ter esse caráter de síntese do programa partidário e de seu caráter de classe e, portanto, um aspecto polarizador na sociedade que as medidas de impacto exigem.

Mobilização popular

A mobilização social é básica para a ação político-administrativa de nossas prefeituras.

Uma grande debilidade da ação do PT nas prefeituras está sendo sua dificuldade de utilizar as administrações como ponto de apoio — sem substituir seja o partido, seja o movimento — da mobilização popular. E na medida em que o nível de atividade autônoma das massas é limitado, a pressão no sentido da democratização e da participação popular na prefeitura torna-se menor e acaba sendo secundarizada, frente a um método de atuação mais "técnico-administrativo".

Ainda prevalecem, sem que sejam duramente combatidas pelos nossos quadros, visões tecnicistas, corporativismo de categorias profissionais, monopólio de informações por órgãos e segmentos da administração, todo o conjunto de métodos de gestão burgueses. Isso ajuda a compreender porque a militância petista que entrou na administração encontra-se afogada na burocracia de uma máquina cuja dinâmica ainda responde a interesses opostos aos nossos.

Sem a mobilização popular e a alteração da concepção da prática de "administração pública" vigente nas prefeituras petistas não podemos ter uma democratização real desta esfera do Estado que dirigimos, iniciando a superação da alienação que marca a relação entre a população e a "coisa pública".

Conselhos populares

As discussões sobre os conselhos populares que em nossa concepção serão o eixo da organização popular, desenvolvidas pelo PT em São Paulo, conduziram a

uma compreensão comum no Partido e seu caráter de órgãos independentes de organização política do povo trabalhador.

No entanto, estamos enfrentando enormes dificuldades para viabilizar sua organização. Isto se deve, fundamentalmente, ao ainda precário grau de construção do movimento popular, sua atomização na cidade em SABs, associações e uniões de moradores, CEBs e associações culturais, a ausência de um norte estratégico para suas lutas, construção de direção e sua organização mais geral (a central do movimento popular defendida pela ANAMPOS ou a democratização do CONAM).

O esforço fundamental de constituição dos conselhos hoje passa, assim, na cidade de São Paulo por um processo de unificação do movimento popular, da base até sua organização nacional, responsabilidade do partido e das lideranças dos movimentos. A ação da prefeitura poderá auxiliar este processo, mas não substituí-lo.

Reforma administrativa

A máquina que herdamos não serve para os objetivos que nos propomos realizar. Seus limites também estão pesando para estancar o desenvolvimento de nossa atuação à frente da administração. No entanto, o acúmulo de discussão do PT neste terreno é muito reduzido e erros importantes estão sendo cometidos, refletindo basicamente uma adaptação à atual estrutura administrativa e aos limites da rotina da máquina.

Em São Paulo, são poucas as secretarias e áreas da administração onde os "militantes" petistas deram a dinâmica e conseguiram construir espaços coletivos de discussão e formulação de políticas. Em muitas outras, eles ainda estão relegados a autênticos guetos e prevalecem os métodos de gestão e dinâmicas administrativas características do Estado burguês.

Os conflitos e disputas despolitizadas ou isolamento dos setores de "militância" que ingressaram na máquina são apenas as manifestações iniciais de um problema que será crônico na ausência de uma profunda e radical reforma administrativa. No entanto, os primeiros elementos nesse sentido não são promissores. O método de discussão da reforma administrativa, proposto pela Secretaria de Administração da Prefeitura de São Paulo, partindo da idéia, correta, de que um processo de reforma que não envolva o funcionalismo está fadado ao fracasso, cai no extremo oposto, de pensar uma reforma conduzida pela própria máquina, que não pode resultar — em termos dos objetivos do PT — senão em uma pequena reforma de uma burocracia que continuará, fundamentalmente, a ser um elemento exterior à sociedade e refratária a seu controle cotidiano. Um início preocupante de tratamento de um tema decisivo, que concentra o conjunto de problemas da nossa relação com o aparelho de Estado.

Um programa contra a opressão das mulheres

Reproduzimos aqui a segunda parte do documento proposto elaborado pela coordenação da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT

A violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres não é um fenômeno conjuntural ou ocasional. É uma característica básica da sociedade patriarcal. Mais do que a classe social de cada um, pesa aqui a força de preconceitos culturais largamente difundidos por toda a sociedade. Espera-se dos homens demonstrações de coragem, potência, agressividade, dominação. Das mulheres, fragilidade, passividade, dependência.

Também aqui, como em outros terrenos, não se trata de exigir demagogicamente soluções imediatas e, muito menos, baseadas apenas em ações do Estado. Não se pode dizer que vítimas morreram unicamente por ineficiência policial, mas sim pela exigência de padrões de comportamento que permanecem intocados, embora não sejam intocáveis. É necessária, portanto, a transformação dos diversos fatores que contribuem para essa violência específica contra as mulheres: a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher, o padrão machista de relações entre os sexos, a impunidade dos agressores, a reprodução dessa violência pelo próprio Estado.

Mas algumas medidas importantes podem e devem ser implementadas, principalmente, aqui, no sentido de uma ampliação do atendimento especial às mulheres vítimas de violência ao mesmo tempo em que se exige uma melhoria na qualidade desse atendimento.

É nesse sentido que a reivindicação da criação de delegacias especiais de atendimento à mulher, da presença de assistentes sociais em todas as delegacias, da inclusão de profissionais do sexo feminino nos plantões do IML, da criação de "casas de abrigo temporário", com possibilidade de profissionalização, de leis que assegurem a possibilidade do aborto à mulher vítima de estupro, são os pontos mais importantes em que o movimento feminista tem se batido nos últimos anos.

Formação, aperfeiçoamento e reciclagem dos policiais

Um programa de governo na área do combate à violência contra a mulher deveria, pois, em primeiro lugar estimular a criação destas delegacias em todos os Estados e Municípios onde isto fosse possível, a partir de convênios com o ministério da Justiça e as diversas secretarias de Justiça dos Estados. Estas delegacias já se justificariam pelo apoio que dão à mulher lesada. Além disso, nas áreas onde há mais concentração delas, como a Grande São Paulo, vem baixando o número de ocorrência. Para que esta eficácia sejam maximizada, sugerimos uma série de medidas:

a) formação de policiais através da inserção de uma disciplina regular nos currículos dos cursos dados para os iniciantes da carreira policial (soldados, detetives, agentes, delegados etc.) sobre a questão da mulher com ênfase na violência por ela sofrida em todas as instâncias de sua vida;

b) aperfeiçoamento e reciclagem de policiais que estão lotados em delegacias de atendimento à mulher e onde não houver delegacias, aos policiais lotados nas delegacias convencionais;

c) sensibilização dos funcionários de órgãos públicos em níveis federal, estadual e municipal que estejam diretamente ligados à questão da violência, no sentido de frisar a violência invisível e cotidiana que se exerce contra as mulheres.

Em relação ao Ministério Público

Até muito recentemente não eram punidos os crimes de "legítima defesa da honra", assassinatos, agressões. O governo do PT para combater esta discriminação deveria:

a) promover ampla discussão no âmbito do judiciário sobre os preconceitos que encobrem os crimes contra a mulher; incluindo debates e inserção nos programas e currículos das faculdades de Direito de itens relativos a esses preconceitos e à dignidade da mulher como ser humano. Quando da criação do Fórum de Pequenas Causas, conscientização do pessoal qualificado para tanto, dos crimes cotidianos de discriminação sexual e racial;

b) criar organismos e instituições que possam dar atendimento jurídico adequado à mulher, como complemento da ação policial das Delegacias de Atendimento à mulher;

c) na justiça gratuita, sensibilizar, também, os profissionais no atendimento às mulheres que não possam pagar as custas jurídicas;

d) fomentar onde haja delegacias a criação de abrigos de proteção para as mulheres vítimas de violência.

Violência contra a mulher adolescente

Não só boa parte dos menores abandonados são meninas, como uma a cada quatro adolescentes das classes populares é mãe. Este quadro talvez seja o mais grave no que se refere à condição da mulher como um todo. Sugerimos, pois, os seguintes itens:

a) para as meninas de rua, contato com as organizações nacionais e internacionais que já trabalham com o problema para troca de experiências e sugestões;

b) no âmbito da gravidez, atendimento especial e apoio psicológico nas



Vahine no te Tiare (Jovem taitiana com uma flor)

maternidades do Ministério da Saúde e da Previdência, bem como sensibilização do pessoal destes órgãos para este grave problema;

c) incluir no Programa relativo ao Menor, instâncias e formas de encaminhamento da profissionalização da menina de rua.

Violência Sexual

- distribuição massiva de publicações elaboradas por instâncias específicas sobre este assunto, para que a população como um todo se conscientize dos problemas do estupro e assassinato e suas formas de defesa.

- encaminhamento de propostas de mudanças no Código Penal nos itens relativos aos crimes de violência sexual.

Profissionalização da mulher presidiária

Para que a mulher presidiária possa voltar a se inserir no mundo do trabalho, é preciso qualificar a sua mão-de-

obra. Um projeto de governo popular deveria, pois incluir a garantia de formação ou reciclagem profissional das presidiárias.

Violência contra a mulher camponesa

a) um levantamento junto aos órgãos que se dedicam ao estudo e combate à violência no campo dos casos de violência contra a mulher;

b) propor leis no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais para respeitar o que já existe na Constituição ou fazer implementar as novas sugestões sobre os Estatutos da Trabalhadora Rural e a violência cometida contra ela. exemplo: a condição de clandestina, a bóia-fria, a mulher que não tem título de propriedade em seu nome, mas, no do homem que migra e a abandona.

Saúde e direitos reprodutivos

A luta pelo atendimento à saúde integral da mulher, desde o despertar de

sua sexualidade, os aspectos psicofisiológicos da sexualidade feminina, da procriação (gravidez, parto, pós-parto, aleitamento), da anticoncepção e do aborto, maturidade, menopausa e velhice, é uma luta central do movimento de mulheres.

O movimento de mulheres tem desenvolvido uma política conseqüente com essa visão integral da mulher, que se bem dá conta dos aspectos da procriação, não se atém apenas a elas. O papel da sexualidade visto como um direito ao prazer é inseparável da idéia da libertação da mulher, mexe com preconceitos e tabus culturais fortemente arraigados. Ao entender a atividade sexual como parte integrante do desenvolvimento sadio do ser humano, independente de sua função procriativa, o feminismo questiona as concepções da moral tradicional quanto à sexualidade feminina e coloca em questão comportamentos sexuais de homens e mulheres. A "dupla moral" que estimula a atividade sexual do homem (o macho potente) e inibe a da mulher (recato, pudor feminino) traz em si a negação mesmo do reconhecimento à sexualidade feminina. E as conseqüências dessa moral são diretamente sentidas, ainda nos dias de hoje, no relacionamento entre os dois sexos.

Falar portanto, em política do corpo no feminismo é denunciar a hipocrisia que reina na política oficial do atendimento à saúde da mulher: "o aborto não existe". Trata-se, sem dúvida de uma questão grave, polêmica, controversa mas certamente não é "um caso de polícia".

As complicações de saúde, conseqüências do péssimo atendimento na gravidez, parto, pós-parto e aborto feitos em condições precárias, contribuem para a mortalidade de mulheres e bebês. A esterilização é o método anticoncepcional mais utilizado depois da pílula. Falta a informação adequada e a possibilidade de opção por outros métodos que não prejudiquem a saúde da mulher, como o diafragma que não é fabricado no Brasil.

A eliminação da mulher como sujeito nos coloca num verdadeiro campo de guerra. Isso porque a ideologia dominante ao excluir a mulher como sujeito e ao tratá-la como objeto, vem transformando muitas mulheres em objeto de pesquisas, em vítimas de programas de natalidade. A partir daí se justifica a invasão do corpo feminino como um verdadeiro arsenal de medicamentos e instrumentos, numa guerra cada vez menos camuflada, onde uma das armas são os anticoncepcionais. O alvo, as mulheres do Terceiro Mundo. A meta, redução de 40% da população mundial. As principais atingidas: as mulheres da classe trabalhadora, as mulheres negras.

A política demográfica em nosso país vem sendo preocupação desde o início da década dos anos 60, quando surgiram inquietações com a "explosão demográfica" na América Latina e no Brasil. Ainda hoje vivenciamos nas políticas governamentais posições neomalthusianas que analisam as dificuldades enfrentadas pela economia brasileira, destacando como causa principal o excessivo crescimento demográfico.

Ao longo de todos esses anos, setores representativos da sociedade, entre as mulheres e trabalhadores organizados, a Igreja, além de correntes progressistas vêm questionando essa afirmativa neomalthusiana, além de demonstrarem através de dados confiáveis de órgãos voltados ao estudo e pes-

quisa sobre o assunto, que o crescimento da população vem caindo de forma considerável em nosso país.

As mulheres — na busca permanente do controle do seu corpo — vêm em nível nacional se organizando, buscando aprofundar conhecimentos junto a técnicos do setor de saúde e sensibilização da sociedade para a importância da presença de mulheres nos órgãos públicos com poder de decisão frente às políticas sociais.

Toda essa luta possibilitou que, em inícios de 1984, o Ministério da Saúde apresentasse o PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher). Este envolveu, na sua equipe central de elaboração, mulheres técnicas — que além de especialistas eram também militantes de movimentos sociais.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher aponta, como uma das conclusões principais, que para sanar o quadro de morbidade física, mental e social que afeta secularmente a massa da população feminina não bastaria apenas ampliar e otimizar a assistência médica e odontológica dos hospitais e ambulatórios dentro dos padrões reconhecidos internacional-

públicos de saúde viabilizam a ideologia do controle da natalidade através de cesarianas com o objetivo de ligadura de trompas ou indicação indiscriminada e massiva de anticoncepcionais próprios a muitas mulheres.

Assim, na prática, os direitos da procriação vêm sendo reduzidos à anticoncepção, batizada de "planejamento familiar".

Propostas:

1. Implantação efetiva do PAISM em todos os Estados. Isto é:

- implantação de uma política de saúde para a mulher, que envolva todos os seus ciclos biológicos: infância, adolescência, juventude, maturidade, menopausa, velhice concretizados na sua especificidade sexual (menstruação, contracepção, gravidez, parto, aleitamento, infertilidade, doenças venéreas, prevenção do câncer ginecológico e de mama), saúde mental, algumas doenças clínicas mais comuns e assistência odontológica.

- garantia de verbas e repasses no orçamento anual dos órgãos governamentais de todos os níveis da área social para a implantação dessa política.

- participação de grupos autônomos

anticoncepcionais masculinos.

6. Encaminhamento de proposta de modificação da legislação relativa ao aborto no sentido de sua descriminalização e garantia de sua realização pelo serviço público de saúde.

7. Reativação da Comissão Nacional de Estudos dos Direitos Reprodutivos.

8. Ampla discussão com participação dos grupos autônomos, nos meios de comunicação de massas (especialmente os do governo federal), sobre saúde da mulher e sexualidade, para produzir uma nova cultura, sem discriminação nociva à mulher.

9. Pronto atendimento, na rede hospitalar federal, para os casos de aborto já previstos no artigo 128 do Código Penal (gravidez resultante de estupro ou com risco de vida para a mulher).

10. Transformação dos currículos de formação da área de saúde no sentido de incorporar o tema da reprodução humana, enfatizando o ensino do específico da mulher do ponto de vista físico, psíquico e social.

Proposta de Estruturação institucional

Os avanços no reconhecimento da discriminação das mulheres a partir dos movimentos sociais e no âmbito da sociedade vão aos poucos se refletindo também no Estado, tanto no sentido da garantia de algumas reivindicações, quanto no próprio reconhecimento da discriminação das mulheres. No entanto, políticas públicas, mesmo quando voltadas para os interesses da população trabalhadora, podem ser reforçadoras destas mesmas discriminações se em suas formulações não levarem em conta os mecanismos que a reproduzem.

Mudar esse contexto não é apenas tarefa de governo, mas de cada um: mulheres e homens. No entanto, cabe ao poder público definir prioridades, elaborar medidas políticas, legais, orçamentárias e administrativas que combatam a discriminação das mulheres e atuem no sentido de estimular e viabilizar transformações sociais mais profundas.

O governo petista se afirma como um governo democrático, não apenas declarando a legitimidade do seu poder, construindo instâncias de participação da população, mas também reconhecendo a existência de desigualdades que são geradas em todos os níveis, e construindo políticas que objetivam a sua eliminação. Estamos conscientes de que este propósito implica em desafiar determinantes culturais, sociais, econômicos e políticos consolidados secularmente.

Só é possível realizar políticas em nível do Estado que contribuam para a eliminação da opressão específica das mulheres quando houver uma vontade política efetiva de realizá-la, não só através da propaganda do seu reconhecimento, mas criando condições de sua concretização com a construção de instrumentos para este fim. É neste sentido que propomos que o governo do PT deverá criar um organismo em nível do Estado com atribuições de formular, executar e coordenar com outras instâncias federais, as políticas que atendam às necessidades das mulheres e que enfrentam as diferentes formas de discriminação por sexo.

A forma específica de estruturação deste organismo e a sua inserção na estrutura do governo ainda estão em discussão.



Bailarina com buquê fazendo mesura

mente, mas desenvolver um sistema de saúde único, descentralizado, com participação da população em todos os níveis de decisão. E que, principalmente, houvesse uma reciclagem dos profissionais da área, buscando um enfoque claramente voltado para as questões específicas da saúde da mulher, permitindo uma abordagem técnica e eticamente adequada, assim como possibilitar à mulher o conhecimento sobre os cuidados de saúde que requer e o direito que tem a eles.

No entanto, o PAISM ainda está longe de ser uma realidade e o pouco que foi implantado se desenvolve sem qualquer fiscalização por órgãos competentes ou pela comunidade, deixando os usuários dos serviços à mercê de uma oferta que nem sempre resguarda o seu direito à saúde e à integridade. Ao mesmo tempo que um complexo ideológico contrário vem impedindo a implantação da proposta em nível de serviços, na atenção às mulheres por um aprendizado sobre a anticoncepção ou na assistência em casos de aborto previsto por lei.

É sabido que inúmeras entidades privadas que atuam na linha do CEPAINC e BENFAM e mesmo as práticas médicas desenvolvidas em serviços

de mulheres na elaboração, execução e fiscalização de todas as políticas relativas à saúde para que os mesmos atendam às necessidades específicas da mulher.

- implantação de um processo imediato de reeducação e reflexão entre profissionais de saúde visando a adoção de novas práticas de atendimento e concepção de saúde.

2. Acompanhamento e rigorosa fiscalização e normatização das pesquisas atualmente em curso na área de reprodução humana no Brasil.

3. Debate amplo sobre ética social, preceitos filosóficos e normas jurídicas na questão de experimentação biomédica em seres humanos, na área de procriação humana.

4. Adoção pelo Ministério da Saúde (CEME) de pesquisa, legalização e fabricação nacional de meios anticoncepcionais para a mulher e para o homem, equipamentos e medicamentos correlatos, bem como a elaboração de material educativo com a participação de grupos autônomos.

Rigoroso controle dos medicamentos nocivos à saúde da mulher e proibição do uso de contraceptivos já condenado nos países capitalistas avançados.

5. Incentivos à pesquisa de métodos

Greves acuam o "Plano Verão"

A continuidade do ascenso sindical, expresso já no sucesso da greve geral de 14 e 15 de março, coloca o desafio de como combinar a ofensiva, em curso em todos os planos, contra o governo.

1 — A Economia política das greves:

Toda a lógica infernal do "Plano Verão" está exposta nas tendências conjunturais da economia:

— de acordo com o IBGE, no primeiro bimestre deste ano a produção industrial sofreu uma redução de 6% em relação ao mesmo período do ano passado;

— as exportações voltaram a bater o recorde histórico em março deste ano;

— O dólar bate recorde de ágio no mercado paralelo (132,56% no dia 27 de abril);

— ao mesmo tempo em que se prevê para este ano a continuidade de uma situação de arrocho nas contas externas, trabalha-se com uma redução ainda maior dos investimentos públicos.

Neste contexto de ampla desorganização da economia — e apesar da queda da produção industrial — há vários estudos demonstrando que a rentabilidade média das empresas vem crescendo. São aumentos dos lucros obtidos através da majoração dos preços dos produtos em uma proporção maior do que os custos (usando o poder de monopólio), através da redução dos salários e através da especulação no sistema financeiro.

De acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), a rentabilidade média das empresas — quantos cruzados novos de lucro a empresa obtém em suas vendas depois descontados as despesas e os impostos — foi de 6 a 8% no ano passado em relação a 1987.

Um outro estudo realizado pelo economista Francisco Eduardo Pires de Souza, que coordenou uma pesquisa sobre custos do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ, demonstra que as indústrias conseguiram reajustes de preços além dos gastos com diesel, energia elétrica, salário e diferença de câmbio até fevereiro de 1989, acumulando ganhos entre 22 e 1,2% conforme o insumo.

No ano passado, para um crescimento nominal dos salários pagos pelas empresas representadas pela FIESP de 769%, os preços industriais subiram 788,30%. Isto é, o custo com salários ficou 6,55% abaixo dos reajustes de preços.

A previsão tanto dos pesquisadores da IBMEC quanto da UFRJ é que a lucratividade das empresas continuará a subir este ano em função das conseqüências do "Plano Verão", mesmo sendo recessiva a tendência predominante na economia.

Estas informações esclarecem o fundamental: **há cada vez mais uma massa de dinheiro nas mãos dos grandes grupos econômicos que não retorna ao processo produtivo** (fica girando no circuito especulativo, ou vai engrossar a evasão de capital para o exterior, como tem sido amplamente denunciado).

O vigoroso processo grevista em curso, a resistência dos trabalhadores na defesa da massa salarial funciona, nesta situação, como um freio às tendências recessivas e de desagregação do sistema produtivo. Elas não podem inverter

ou mudar a direção deste processo, mas podem fazer com que suas conseqüências sejam menos danosas para a grande maioria da população.

2 — A grande ofensiva pós-greva geral:

Como vimos na edição passada, a idéia divulgada pelas classes dominantes de que a greve geral de 14 e 15 de março havia fracassado, além de não enganar ninguém, funciona como um alheamento, uma automistificação perigosa que impede ainda mais a elaboração de uma tática realista por parte do governo.

O contrário disso é que é verdade: **a greve geral de 14 e 15 de março foi expressão e, ao mesmo tempo, reforça a dinâmica de autoconfiança dos trabalhadores.**

Os números apurados pela Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho revelam um crescimento de 58% do total dos dias parados em relação a igual período de 1988. Os dados evidenciam não apenas uma tendência ao crescimento das greves, como também um aumento do seu tempo de duração. A média de dias parados por greve ficou em 9,0 nos primeiros meses de 1989 contra 7,4 em 1988, 6,2 em 1987 e 4,7 em 1986. É uma demonstração inequívoca do acirramento dos conflitos entre capital e trabalho.

O mesmo Ministério do Trabalho contabilizou 479 greves em março e 408 greves até o dia 25 em abril. Os dados de abril escondem algumas informações que vale a pena destacar: a grande greve dos metalúrgicos do ABC, após vários anos de dissídio sem greve geral da categoria; uma série de paralisações coordenadas nacionalmente como a dos bancários, dos portuários, a dos professores estaduais (realizadas simultaneamente em onze estados); uma série de greves operárias que lançam mão de métodos de ocupação de fábrica, dando uma demonstração da radicalização das formas de greve.

A ofensiva operária, como dissemos também, traz embutida nela visivelmente o fortalecimento da CUT em relação às outras correntes. A presença de Luis Antonio Medeiros,



Greve dos bancários em São Paulo: testando forças

realçada no episódio das manobras governistas do pacto, fica marginalizada. O Congresso da CGT na Praia Grande confirmou a tendência de divisões entre o setor Magri e o setor Joaquinção. O congresso, terminado em pancadaria e desmoralização, sugere um final melancólico da CGT.

3 — Lei de greve: fuga para o passado

A Medida Provisória que regulamenta o direito de greve enviada por Sarney ao Congresso, justamente caracterizada como semelhante àquela vigente na época da ditadura militar, confirma a intenção das classes dominantes de procurar fechar o círculo pela repressão.

As suas três propostas essenciais são: a exigência de um quorum mínimo de um terço dos associados de entidades sindicais ou profissionais para a assembléia deliberativa da greve; a proibição da greve nos serviços essenciais (de esgoto e limpeza pública, de carga e descarga portuária e aeroportuária, de compensação bancária, do Banco Central, de atendimento médico-hospitalar, entre outros); a instituição da "requisição civil", de caráter excepcional, que engloba um conjunto de medidas que o presidente da República poderá determinar para garantir o funcionamento de serviços essenciais.

No seu conjunto, elas só ampliam a contradição entre o movimento popular e a legalidade que se quer instaurar. A

grande diferença de agora para o período ditatorial é que a correlação de forças é diversa e a resposta da direção da CUT de que estas leis não conseguirão se implantar não pode ser entendido apenas como retórica.

4 — A dinâmica sindical e a dinâmica política:

A continuidade da ofensiva dos trabalhadores aponta claramente para a necessidade de combinação entre a luta sindical e a luta política, que tende a se expressar mais na campanha de massas de Lula à presidência.

Se anotamos o caráter sindical, econômico, dos movimentos grevistas que agitam o país — em geral voltados para exigir recuperação das perdas impostas pelo "Plano Verão" — não deixamos de constatar a tensão política forte que as atravessa.

Todo o desafio está em, mantendo o caráter sindical e de massas destes movimentos, fazer com que eles explicitem positivamente cada vez mais esta tensão política. Isto é, se transformem cada vez mais em movimentos explicitamente contra a política econômica do governo, ou seja, diretamente contra o governo.

No próximo período é este desafio que estará cada vez mais no centro do cenário: a retomada da dinâmica unitária anunciado pela greve geral nos dias 14 e 15 de março, com mais profundidade, amplitude e radicalização.

EM TEMPO:

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769. **EM TEMPO:** é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57. Pinheiros. São Paulo, SP. CEP 05414. Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618. Loja 4. Bonfim. CEP 90210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20031.



Eduardo Albuquerque

Democracia e Forças Armadas

O PT está chamado a construir já na campanha de Lula à presidência uma consciência democrática de massas que ponha em xeque as posições e prerrogativas que o poder militar acumulou na "Nova República"

Foi na chamada questão militar que a transição conservadora no Brasil obteve as suas maiores vitórias.

Manteve-se a unidade das Forças Armadas, preservando-as de um desgaste mais explosivo como ocorreu na Argentina. Aprovou-se o princípio constitucional (capítulo II, artigo 142) de que as Forças Armadas destinam-se "à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". (grifos nossos). Além do Estado de Sítio, aprovado pelo Congresso Nacional, o presidente da República pode decretar o "Estado de Defesa" que suspende as garantias democráticas "em locais restritos e determinados". Foi resguardado intacto o monumental aparato de repressão construído ao longo dos vinte anos de ditadura militar.

Este é um fator decisivo se avaliarmos que, além de uma crise do governo Sarney, já vivemos hoje o início de uma crise de regime, das instituições e leis que regulam a dominação burguesa no país. A pressão crescente por mudanças globais, as classes dominantes responderão evidentemente com a militarização da sociedade. No limite, em uma situação de crise aberta do regime, as Forças Armadas serão chamadas para dirigir diretamente o Estado com o uso generalizado da violência.

O PT cometera o erro maior se subestimasse este trunfo de poder acumulado pelas classes dominantes ao longo da transição. E está frente ao desafio de já na campanha de Lula à presidência da República construir uma consciência democrática de massas que ponha em xeque as posições e prerrogativas do poder militar.

Liberais, populistas e reformistas

É certo que candidatos liberais mais ou menos sinceros, sociais-democratas de plantão ou populistas armarão uma conveniente rede de silêncio em torno dos trunfos do poder militar na "Nova República". Nada mais revelador de sua natureza, em última instância, de partidos da ordem.

No período anterior a 1964, os "liberais" da UDN entraram para o folclore político como aqueles que em qualquer crise mais séria vão bater à porta dos quartéis. No pós 64, os "liberais" do PMDB serão lembrados como aqueles que renegaram uma a uma das bandeiras

democráticas diante da esfinge militar.

Já o populismo cultivou a ilusão da instituição militar nacionalista, sempre interessada na "defesa e no engrandecimento da pátria". Não conseguiram perceber o grau de relacionamento do setor hegemônico dos militares com o imperialismo. Não enxergaram o papel dirigente que a maior nação capitalista exerceu no interior das Forças Armadas brasileiras, preparando-as para desempenhar um papel dirigente no estado e na internacionalização da economia.

O reformismo adicionava a esta ilusão, uma outra que apontava para a vocação democrática dos militares, pa-

cidade, possuindo as suas próprias leis, disciplina e organização, vertebrando o cerne do aparelho de dominação, as Forças Armadas (e a polícia) são concebidas pelo marxismo como o "núcleo duro" do Estado.

Entendidas em sua autonomia, em sua inserção ideológica rígida aos valores burgueses, protegidas por meio de uma permanente "disciplina de guerra", as Forças Armadas são a instituição que mais expõe o mito reformista de que os socialistas podem construir a sua hegemonia no próprio campo do Estado burguês.

Para os marxistas, a luta pela democracia exige que as Forças Armadas sejam questionadas enquanto institui-

mentos reservas de repressão que intervem nos momentos de crise aguda — as Forças Armadas cumprem no Brasil três outros papéis, estreitamente ligados à dificuldade da burguesia em construir uma sólida hegemonia na sociedade civil.

Em primeiro lugar, cumprem uma função de tutela da vida política do país, demarcando com o seu poder de repressão o espaço do exercício "possível" da política. Isto ficou patente no decorrer de toda a transição burguesa, em especial na definição do texto constitucional.

Em segundo lugar, vertebram uma série de instituições estatais e funções que são em geral compreendidas como civis. Essa militarização das estruturas estatais reflete bem o próprio processo de formação do Estado no período pós-64.

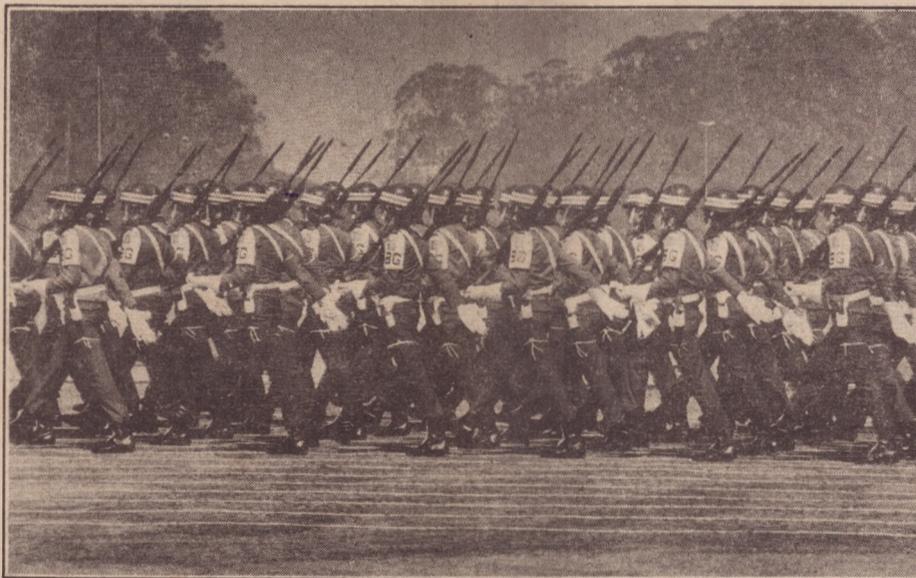
Em terceiro lugar, participa com peso na direção do próprio Estado na medida em que os partidos burgueses, fragmentados e instáveis, não fornecem uma base política sólida para cumprir uma função plena de direção. A onipresença do SNI, o assento dos ministros militares no Conselho de Defesa Nacional expressam essa vocação das Forças Armadas operarem na prática como o "grande partido burguês".

Contradições

O assumimento de funções tão vitais não pode se fazer sem engendrar grandes contradições.

Na relação das Forças Armadas com a sociedade: a politização de suas funções contrasta com o corporativismo de suas estruturas que se quer manter a ferro e fogo. Em suas relações internas, uma parte expressiva do oficialato é "contaminada" pelos vírus da corrupção e fisiologismo que dominam a máquina estatal, opondo-os a uma massa de subordinados submetidos a uma importante compressão dos salários. Em sua ideologia: o nacionalismo retórico choca-se com a vocação profundamente pró-imperialista do Estado brasileiro no pós-64.

Estas contradições que configuram uma crise de legitimação do papel das Forças Armadas, somadas ao inevitável desgaste de vinte anos de ditadura, são mais que condições para que o PT avance e consolide uma consciência democrática e anti-militarista de massas que será tanto mais vital quanto mais avance a luta dos trabalhadores.



Poder militar: o "núcleo duro" da dominação burguesa

ra o peso considerável da "defesa da legalidade" no pensamento da caserna. O golpe militar de 64 e a inexistência da reação que se esperava dos que não "conspiravam", sepultaram essa quimera.

Marxismo e Forças Armadas

É só a partir da crítica marxista do Estado burguês que pode se construir uma proposta democrática consequente para as Forças Armadas. O que a teoria marxista revela é o caráter não neutro das instituições do Estado burguês, a sua existência como máquina alienada do controle da maioria da sociedade e instrumentalizada para servir à dominação de classe.

Monopolizando o uso das armas, organizadas à margem do controle da so-

ção, isto é, nas suas relações com o Estado, com a sociedade e na sua própria forma de organização.

Especificidade brasileira

No Brasil, as Forças Armadas cumprem uma função saliente e especial.

Podemos afirmar que os dois períodos históricos de maior importância na formação do Estado moderno burguês (em 30 e 64) foram marcados exatamente por uma ruptura da vida constitucional e de recuo da vida partidária em geral. Principalmente no que se refere ao pós-64, a modernização do Estado quase se confunde com a evolução das Forças Armadas.

Assim, além da função clássica que as Forças Armadas cumprem nas sociedades burguesas — o de serem instru-

Elementos para um programa sobre as Forças Armadas

Controle social, democratização das Forças Armadas e desmilitarização do Estado devem formar o tripé da grande ofensiva política do PT para formar uma vigorosa consciência democrática de massas no país



A "doutrina da segurança nacional" prega ser papel dos militares o controle sobre o conjunto da sociedade. Isto, além de ser extirpado, deve ser invertido: é a sociedade que deve controlar as Forças Armadas. O papel desempenhado por elas na "Nova República", "tutelando" o governo civil tem de ser mudado. O fim da função tutelar sobre a sociedade pressupõe que exatamente o inverso se coloque: o desenvolvimento de mecanismos e organismos de controle sobre a instituição militar.

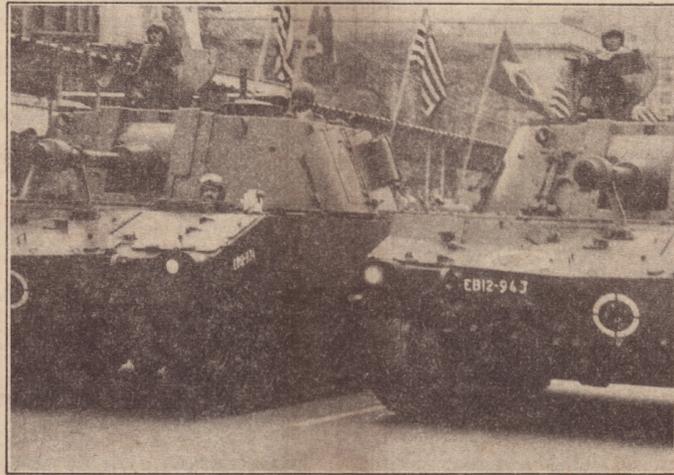
O primeiro passo é bastante óbvio: é o fim do peso militar sobre o governo. Existem hoje seis ministérios militares. Eles devem ser abolidos, dando lugar a um Ministério da Defesa. E o ministro será um civil (como, aliás, ocorre nos EUA).

O segundo passo é a criação e o desenvolvimento de mecanismos de controle da sociedade sobre as Forças Armadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Congresso possui comissões permanentes que supervisionam a instituição militar. É uma proposta que pode ser implementada aqui. Afinal, temas como o orçamento para as Forças Armadas, a destinação dos recursos, os planos militares não podem ser "secretos", devem também ser objeto de discussão antes de sua aprovação.

Para que essa supervisão e controle seja possível a sociedade deve ser capaz de adquirir conhecimentos específicos para efetivamente comandar as Forças Armadas. Alfred Stepan (um "brazilianist" que tem estudos sobre os militares brasileiros) sugere a necessidade de conhecimentos "... em questões militares relativas a estruturas de força, estilos organizatórios, questões orçamentárias, formação doutrinária e detalhes específicos de sistemas de armamentos". O moderado cientista político americano considera esses conhecimentos "... indispensáveis à criação de uma função supervisora da sociedade política, no poder legislativo em especial, sobre os militares e o sistema de informações".

A relação das instituições de ensino militar devem ser alteradas: ao invés de desenvolver uma função de propagação ideológica (as lições da Escola Superior de Guerra aos civis aprendizes de sua doutrina), passará a ministrar cursos para o crescimento da compreensão dos civis sobre a questão militar.

E essa função fiscalizatória sobre as Forças Armadas deve ser amplamente generalizada na sociedade. O que pressupõe a existência de transparência na instituição militar, possibilitando que esse controle democrático seja praticado em nível nacional, estadual e municipal (acompanhando, portanto, a estrutura das Forças, que começa com a organização nacional do Ministério da



Um poder à margem do controle da sociedade: o limite da democracia

Defesa — fiscalizado e supervisionado pelo legislativo federal — e termina nos regimentos situados nas cidades).

Para que essa supervisão e controle possa efetivamente ser exercido são necessárias alterações no interior da estrutura da corporação militar, o que exige a incorporação nas instâncias de decisão das Forças Armadas de representantes da sociedade, democraticamente indicados. Esses representantes atuando no interior da estrutura das várias unidades militares serão uma concretização da inversão que devemos almejar: a sociedade coloca representantes na instituição que quer controlar.

Descorporativizar as Forças Armadas

A ação das Forças Armadas como um corpo especial, estranho e alienado da sociedade como um todo, conformando-se como uma sociedade a parte, como uma corporação, é principal fundamento de sua incontrolabilidade pe-

lo "poder civil". Isto deve terminar.

Para começar, a Justiça Militar deve ser abolida. Não é possível que as Forças Armadas tenham leis, justiça e castigos próprios, inteiramente distintas da vigente no restante da nação. Não é democrático que um instituto como o "habeas corpus" não seja aplicável a punições disciplinares militares (como explicita a nova constituição). Os soldados, os oficiais não podem ser cidadãos de segunda classe, isolados da sociedade e submetidos a uma legislação discricionária da vida de caserna e às decisões do Alto-Comando, sem direito a recorrer à justiça comum em sua defesa.

Nesta linha, o ensino militar deve sofrer uma profunda reforma curricular. Por um lado, como já foi visto, deve se abrir para que a sociedade adquira conhecimentos militares. Por outro lado, as instituições de ensino civil devem ser responsabilizadas pelos cursos de matérias não-militares (matemática, geografia, história, cálculo, educação física) que compõem os currículos.

Desmilitarizar as PMs

No Rio Grande do Sul, o PT, através do deputado Raul Pont, está encaminhando para votação na comissão temática da Constituinte estadual várias propostas no sentido de desmilitarizar a Brigada Militar.

A primeira emenda apresentada pelo PT propõe que seja vedado à Brigada Militar intervir em lutas de reivindicações salariais, sem mandato judicial específico para aquele fim. Além disso, o brigadiano, apesar de ter direito de voto segundo a atual Constituição, não pode se filiar a partidos nem se sindicalizar como qualquer funcionário público.

O PT defende também a proposta que a Brigada não tenha uma hierarquia militar. Hoje, a estrutura de major, capitão, coronel etc., além de nenhuma funcionalidade, serve apenas para consumir mais e mais verbas. Além disso, o brigadiano, apesar de ter direito de voto segundo a atual Constituição, não pode se filiar a partidos nem se sindicalizar como qualquer funcionário público.

No mesmo sentido da desmilitarização, vai a proposta de que os recursos bélicos colocados à disposição da Brigada Militar sejam diminuídos e que ela cumpra apenas o papel de policiamento ostensivo.

A democracia nos quartéis

O autoritarismo na vida militar é desmesurado. A disciplina exigida, a obediência cega não têm justificativas.

É fácil compreender porque ela existe: uma força especializada em agir contra a sociedade, contra a grande maioria da população, não pode permitir que se converse em seu interior, sequer imagina que um comando possa ser democrático. É impossível convencer em uma discussão aberta e livre que é necessário colocar tanques dentro de uma refinaria, que é necessário atirar em trabalhadores da CSN, que é preciso dar um golpe de estado. Já uma Força Armada que seja controlada pela sociedade, que não atue contra ela, não necessita do superautoritarismo atual, pode (e em certo sentido exige) conviver com a democracia.

Assim, o regulamento interno das Forças Armadas deve ser reelaborado de uma maneira a retirar as características disciplinares autoritárias. Ao mesmo tempo, direitos democráticos como o da livre organização não podem ser barrados à porta dos quartéis e das instituições de ensino militar. O direito à sindicalização não pode ser proibido: por sinal, ele existe em países capitalistas como a Holanda, a Suécia e a Suíça. O direito aos estudantes da AMAN, do ITA e do IME de participarem da UNE deve ser assegurado.

Estes direitos democráticos são necessários, além de tudo. Um exemplo: é de todos sabido que aumentos nos soldos preocupam a tropa, que também sofre com os roubos que a inflação faz nos salários.

Outro aspecto da democratização das Forças Armadas é a inclusão de algum processo de eleição de representantes do conjunto da tropa para atuar junto aos comandos. Medida importante para possibilitar a quebra do autoritarismo interno e para abrir a possibilidade de convivência democrática no interior das Forças Armadas.

Há ainda a reivindicação fundamental da extensão do direito de votar e ser votado a todos os membros da tropa, elemento importante para a inserção na vida política do país dos soldados, marinheiros.

Finalmente é necessário lembrar que não é democrático impor à sociedade a obrigatoriedade do serviço militar: ele deve ser voluntário.

Soberania nacional

O ponto de partida será totalmente distinto do atual: a meta é a soberania nacional, a independência nacional. Por isso, há um sem número de acordos e tratados internacionais com as Forças Armadas de países imperialistas que devem ser rompidos: esses acordos apenas consagram a participação (subordinada) do país no esquema montado pelo imperialismo, transformando o país em uma peça de seu tabuleiro internacional.

O Brasil não pode ser uma ponte para a derrota de lutas de libertação nacional e de construção de poder popular. Ao contrário, a nossa política deve ser a de apoiar esses movimentos. Rompidas as alianças militares atuais, uma nova rede de relações e intercâmbio deve ser articulada, subordinada à política internacional de apoio aos povos em luta contra a opressão e a exploração.

Com essa nova postura, a própria preparação interna para a defesa do país exigirá mudanças. A democratização dos conhecimentos militares é um dos elementos básicos para a construção de uma nova política de defesa nacional. Afinal, um povo que sabe lutar (e que luta por causas justas) é uma grande segurança para o país, talvez a maior que um país como o Brasil poderá contar. Deste ponto de vista, o controle da sociedade sobre o seu corpo armado só fortalece a capacidade de defesa da soberania nacional.

Desmilitarização da sociedade

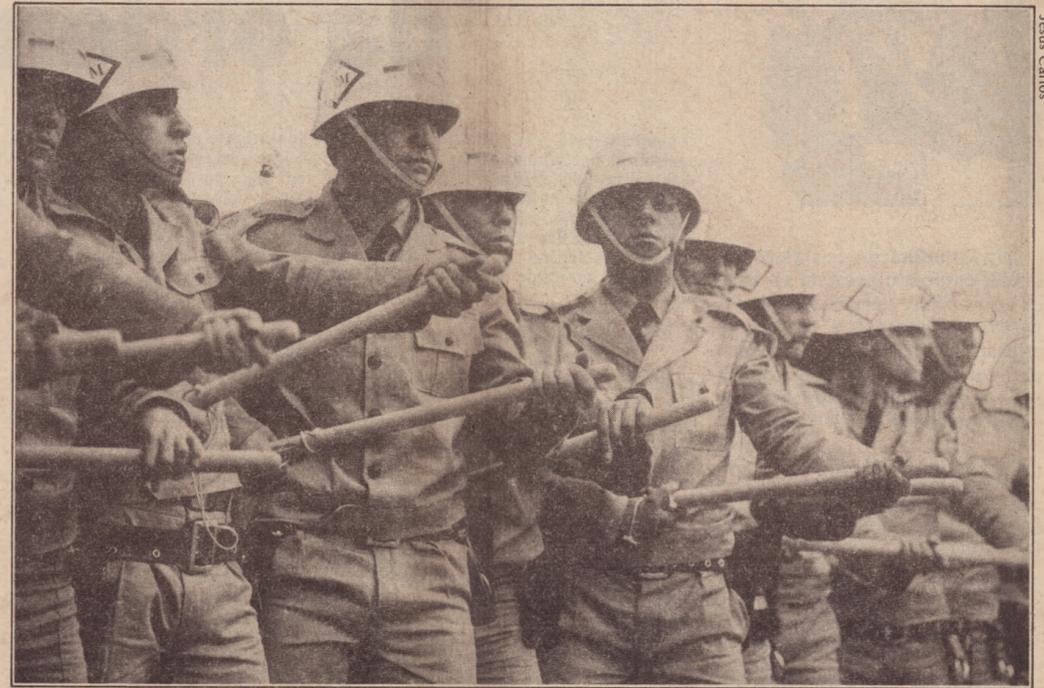
As propostas do PT não podem se ater ao interior das Forças Armadas. Temos de enfrentar toda uma máquina de terror montada e hipertrofiada no período da ditadura militar.

É indispensável a retirada dos militares de todas as funções civis desempenhadas direta ou indiretamente. O controle do tráfego aéreo não pode ser tarefa da aeronáutica militar. Projetos de interesse nacional como os ligados à produção de energia, em especial da nuclear, não podem ser realizados tendo em vista subprodutos militares (especialmente quando este é uma bomba atômica). (Outra questão é que temos de questionar a própria energia nuclear.) Não é tarefa do Exército ocupar militarmente a Amazônia com projetos como o "Calha Norte". A lista, como veremos é longa.

A desmilitarização das PMs é outro ponto. Elas se tornaram uma força auxiliar do Exército e se especializaram no enfrentamento militar das mobilizações públicas e no terrorizamento cotidiano das populações dos bairros populares. Devem ser transformadas em Guardas Civis, aqui também submetidas a um controle da população.

Este conceito de segurança, quebrando com a função intimidatória atual da polícia, envolve uma mudança radical. Um exemplo: a polícia brasileira é preparada para "tudo", menos para desvendar crimes... Corrompida para acobertar crimes dos "poderosos", acostumada a arrancar informações pela tortura, ela está inteiramente despreparada para esclarecer crimes através do método investigativo ou da polícia científica.

A segurança da população deve ser uma meta. Hoje, ela está longe de ser um objetivo. Uma prova disto é uma pequena comparação: o efetivo total do Corpo de Bombeiros em todo o país atinge a cifra de 32.052 pessoas (dado do IBGE para 1985). Este número é inferior ao efetivo da Polícia Militar de um estado como Minas, que, segundo informações não oficiais, atingiria a 40.000 homens. É evidente que é necessário mudar radicalmente essa relação:



Ditadura nos quartéis: a disciplina para reprimir

a pequenez (e a pobreza em termos de equipamentos se comparada com a riqueza da parafernália repressiva...) do Corpo de Bombeiros explica porque no Brasil pequenos acidentes se transformam em grandes catástrofes com facilidade.

A prioridade deve ser a de garantir o fortalecimento dos instrumentos e recursos para a chamada "defesa civil", que envolve a desmilitarização e ampliação do Corpo de Bombeiros e a preparação das Guardas Civis para agir nas situações em que a população se veja ameaçada (incêndios, enchentes, outras catástrofes). Há aqui um grande peso para novas funções como a fiscalização (dos ambientes de mora-

dia e de trabalho), a educação pública (como agir em diversas situações, como prevenir acidentes).

Por fim, há a questão da indústria bélica, do complexo industrial-militar brasileiro: é um setor que deve estar sobre um rigoroso controle social.

Além desse rigoroso controle social (o que pressupõe a presença das Comissões de Fábrica em todas as unidades deste complexo) é interessante discutir uma proposta já apresentada pelo movimento popular: a proposta da reconversão industrial, transformando as indústrias produtoras de armas em produtoras de bens com utilidade social. Esta proposta foi colocada em debate pelo Sindicato dos Metalúrgicos

de São José dos Campos (é interessante anotar que 50% de base deste sindicato trabalha diretamente em indústrias produtoras de armas).

Fim ao aparato de repressão política

Finalmente há a bandeira democrática do fim de todo o aparato de repressão política. O aparato montado durante a ditadura militar está razoavelmente intacto. Quando muito, sofreu uma limitada reciclagem, uma tentativa de se criar uma nova imagem para órgãos como a Polícia Federal, o SNI e a chamada "comunidade de informações". Todo esse aparato deve ser desmantelado: o governo democrático e popular deve implementar a reivindicação do conjunto dos movimentos de anistia do final da década de 70. O PMDB e a "Nova República" não implementaram essas reivindicações democráticas, que são uma pré-condição básica para o avanço da democracia no país.

Há ainda a necessidade de haver uma ação governamental efetiva para a desativação "esquadrões da morte" e grupos armados que atuam no campo a serviço dos latifundiários (devidamente acobertados pelo governo e com a sua complacência). A desarticulação desses grupos virá ao lado do fim definitivo da impunidade, através do esclarecimento e da punição dos responsáveis por esses crimes e assassinatos.

Todos os envolvidos com esses crimes, todos os torturadores e mandantes da tortura, devem ser punidos: uma verdadeira "limpeza" deve ser realizada no conjunto do aparato (inclusive nas Forças Armadas). Ela é um pré-requisito essencial para a construção do projeto democrático aqui apresentado.

Três iniciativas decisivas

São iniciativas para uma ação inicial do governo.

Em primeiro lugar a criação de um Ministério da Defesa. Pela atual Constituição é de iniciativa privativa do Presidente da República leis que disponham sobre "criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública" (art. 61, § 1º, item II-e). Portanto, é possível a imediata reformulação da estrutura dos Ministérios, viabilizando tanto o fim de todos os ministérios militares e a criação deste Ministério da Defesa a ser dirigido por um civil.

Em segundo lugar, a reformulação radical na estrutura das Forças Armadas ainda carece de regulamentação: o artigo 142 § 1º define que "lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas". É uma obrigação do governo democrático e popular apresentar urgentemente toda a sua proposta de reformulação da estrutura interna das instituições militares, viabilizando assim a implementação das propostas de controle da sociedade sobre a corporação, a sua democratização e a sua descorporativização (discutidas no artigo acima).

Em terceiro lugar, o governo deve abrir na sociedade um debate profundo sobre dois pontos: o papel exclusivo das Forças Armadas na defesa nacional (retirando a sua capacidade de intervir internamente e ganhando base de massa para a imposição social deste novo papel) e o fim de tudo que coloca os "servidores públicos militares" como cidadãos de segunda classe, destituídos de alguns direitos democráticos básicos e essenciais. Essa discussão deverá redundar em propostas de emendas e reformas constitucionais amplamente respaldadas pela população. O Presidente poderia convocar plebiscitos para realizá-los.



Uma dominação de classes tão brutal como a que existe no Brasil só pode ser garantida por um vasto, monstruoso e tentacular aparato de repressão. É contra ele, em última instância, que a sede de mudanças que agita o povo brasileiro terá de se bater.

Para dimensionar o aparato repressivo comecemos pelas Forças Armadas no sentido estrito. É composta por três armas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Em 1986 o contingente do Exército atingia 182.900 homens, o da Aeronáutica 50.700 e a Marinha 49.800.

Sua concentração principal está no eixo São Paulo/Rio e no Rio Grande do Sul.

O cientista político Eliézer Rizzo em seu livro "As Forças Armadas no Brasil" chama a atenção para o programa Força Terrestre 90, que trata da reorganização geográfica e renovação tecnológica do Exército. O programa, de acordo com Eliézer Rizzo, "programado com integral autonomia", volta-se para as funções de preservação da ordem interna.

De acordo com as informações contidas no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 1985, os efetivos do Exército para aquele ano eram previstos assim: 152 oficiais gerais, 16.765 oficiais de carreira e oficiais temporários, 22.600 subtenentes e sargentos de carreira, 10 mil sargentos temporários e 133.328 cabos e soldados (dos quais 73.110 comporiam um núcleo base e 60.218 o efetivo variável). Como pode se averiguar, o Exército possui um corpo de conscritos (soldados recrutados para servirem durante um ano) que soma algo em torno de um terço à metade do seu contingente total.

Ela possui uma rede de ensino própria, que vão das escolas dos colégios militares, passando pelas escolas de sargentos e as academias militares de formação de oficiais das três armas (Academia Militar das Agulhas Negras, Escola Naval etc), chegando à Escola Superior de Guerra. Além disso há o sistema "militarizado": o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

O Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão da Presidência da República, somado aos aparelhos especiais de cada uma das Forças Armadas (CIEX, CISA, CENIMAR) conforma a famosa "comunidade de informações", de dimensão real de difícil quantificação, que espalha suas teias por toda a sociedade (há as divisões de informações nos ministérios civis, nas estatais etc).

A "comunidade de informações",

comandada pelo SNI, teria o papel de centralizar o conjunto do aparato repressivo no país. Daí a relação que se estabelece entre as Forças Armadas, as Polícias Militares, a Polícia Federal, as Polícias Cíveis estaduais. Há uma nítida e planejada divisão de trabalho entre todos esses setores do aparato repressivo.

A função das polícias

As Polícias Militares, por exemplo, têm duas especialidades: a repressão direta às mobilizações populares (com as suas tropas de choque) e a permanente aterrizagem da população trabalhadora. Esta é uma função política: esse terror cotidiano, permanente, tem uma função intimidatória clara. Busca afirmar à população trabalhadora, aos moradores das periferias e favelas que eles são cidadãos de segunda categoria.

Já a polícia civil, inteiramente despreparada e incapaz de cumprir sua função investigativa e esclarecedora de quem cometeu crimes, com a sua camada dirigente assustadoramente corrompida por toda a sorte de contraven-

O contingente dessas forças? Difícil de calcular. Sabe-se que a PM de Minas tem algo em torno de 40 mil homens, dado comparável à do Rio de Janeiro e um pouco menor que a paulista. No Rio Grande do Sul a Brigada Militar chega a um contingente de 23 mil. As Polícias Cíveis são menores: em Minas em torno de 7 mil homens, por exemplo.

O aparato não oficial

Além desta estrutura repressiva "oficial", proliferaram no Brasil as empresas de segurança, de vigilância. São empresas sempre vinculadas a setores do aparato oficial que usam do "status" em uma polícia ou no Exército para se lançar no "mercado da segurança"... privada. Há ainda as empresas que mantêm os seus próprios corpos de segurança interno, de relações bastante atritadas com os trabalhadores: são sempre elementos para impor a disciplina patronal dentro das empresas.

O mar de impunidade e de estímulo oficial à violência antipopular levou ao desenvolvimento dos "esquadrões da

estatais de setores estratégicos.

Há um interesse militar direto no desenvolvimento de certos setores de alta tecnologia, necessários para a montagem de um eficiente sistema de informações (telecomunicações, comunicações de dados, processamento eletrônico de dados). Não há dúvida que o "dedo" militar no desenvolvimento de setores como a informática (muito da política nacional de informática teve inspiração militar) não é irrelevante. É bom lembrar que no tempo da ditadura a Secretaria Especial da Informática estava diretamente vinculada ao Conselho de Segurança Nacional e que hoje o coordenador do Conselho Nacional de Informática e Automação é o ministro-chefe do Gabinete Militar, Rubens Deny.

O aspecto mais importante aqui é o fantástico desenvolvimento do complexo militar industrial nacional. As cifras também são controversas. Segundo Clóvis Brigagão (em artigo da coletânea "Militares: Pensamento e Ação") a indústria bélica responde por 10% das exportações brasileiras, atingindo os seus negócios a cifra de US\$ 2 bilhões. O Brasil é o maior exportador de armas do terceiro mundo. É uma indústria de alta tecnologia, que emprega cerca de 200 mil pessoas.

Criaram o chamado Vale da Tecnologia, na região do São José dos Campos, onde se concentram institutos de formação de uma mão-de-obra bastante especializada (ITA, INPE) e indústria do complexo aeronáutico e bélico. Os trabalhadores preferem chamar essa região de Vale da Morte.

Mísseis

Para a montagem desse complexo militar-industrial, foi realizada a conversão de indústrias (ou setores industriais) da produção de bens civis para produtos de uso militar. Por exemplo: a Vigorelli produzia máquinas de costura e agora produz também metralhadoras; a Singer produzia agulhas, passou para cartuchos; a General Electric produzia locomotivas e geradores elétricos, produz agora também ligas para mísseis e foguetes; a Bernardini passou dos cofres fortes para tanques e blindados; a Avibrás de foguetes para pesquisas para mísseis e lançadores de mísseis.

As conseqüências desta conversão não se limitam às perdas nas produções de bens de utilidade social. Os contratos tecnológicos estabelecidos para a produção dos armamentos (sempre sofisticados) pressupõem acordos que remetem o país, de uma maneira mais indireta, às redes de solidariedade militar do imperialismo, que afinal não pretende autorizar o desenvolvimento e produção de certos armamentos no país sem uma clara contrapartida política. E isto, se relaciona à especialização do país na produção mundial de armamentos, em última instância determinada pelo imperialismo.



Uma peça do arsenal de guerra contra o povo

tores, desempenha complementarmente à PM essa função intimidatória.

Já a Polícia Federal, comandada por um antigo policial do DOPS paulista, Romeu Tuma, o carcereiro de muitos lutadores pelas liberdades democráticas (inclusive do Lula) no geral assumiu as funções atribuídas aos antigos DOPS. Tem tentado apresentar uma imagem de uma polícia moderna, que periodicamente faz algumas ações teatrais contra alguns setores do tráfico de drogas ou contra um ou outro contrabandista. Mas deixa sair do país por contrabando metade do ouro produzido, não dá segurança de vida a uma extensa lista de lutadores pela reforma agrária pública e notoriamente ameaçados de morte pelos fazendeiros da UDR.

morte" e à formação de inúmeras "gangs" mercenárias que atuam a serviço do latifúndio. É indiscutível as lições que o aparato paramilitar da ditadura forneceu para o desenvolvimento destes grupos armados, que continuam agindo em plena "Nova República" impunes e acobertados pelas forças repressivas "oficiais".

O "Vale da Morte"

É impressionante o número de funções "civis" ocupadas por militares no Brasil. Atividades como controle do tráfego aéreo, meteorologia, exploração da estratosfera, programa nuclear, planejamento do sistema viário, projetos de "ocupação" da Amazônia como o "Calha Norte", a direção de inúmeras

ELEIÇÕES NA URSS

A derrota dos burocratas

As eleições para o Congresso dos Deputados do Povo no dia 26 de março marcam uma importante virada na URSS. Um passo importante foi dado no rumo da politização de amplas massas. Os escalões mais altos da burocracia sofreram uma derrota de proporções inéditas. O processo de democratização certamente ainda muito parcial recebe uma pressão para ir mais além.

Ainda não é possível fazer um balanço completo dos resultados eleitorais. Mas as informações disponíveis de diversas fontes soviéticas e dos correspondentes da imprensa ocidental na URSS são já impressionantes.

— Foram derrotados 30 dos 150 secretários regionais do PCUS;

— Soloviev, membro suplente do Birô Político (BP) foi batido em Leningrado;

— também em Leningrado, os três outros "chefes supremos" da burocracia foram eliminados pelas urnas, notadamente o prefeito da cidade e o primeiro secretário do PCUS, este último derrotado por um operário do estaleiro naval;

— o membro mais antigo do BP, o chefe da burocracia na Ucrânia, Chtcherbinsky, candidato único na cidade da operária de Dniepropetrovsk, viu seu nome riscado da lista eleitoral por 27% dos eleitores;

— Em Jitomir, uma jornalista independente, Alla Yarochinskaya, superou quatro candidatos do partido;

— em Lvov, capital da Ucrânia ocidental, os grupamentos independentes, que não puderam registrar candidatos, decidiram riscar os nomes dos candidatos do PCUS, três dos quais foram eliminados por não terem obtido 50% dos sufrágios;

— na Moldavia, intelectuais independentes venceram a maior parte dos dirigentes do partido;

— na Bielo-Rússia, considerada uma fortaleza dos "conservadores" e onde, em quase toda parte, só havia candidato único, estes não alcançaram o quorum mínimo de 50% dos votos; foi necessário em segundo turno;

— na Armênia, segundo a imprensa oficial, votaram 53% dos eleitores (contra mais de 85% para a União Soviética). Mas observadores independentes asseguram que houve fraude massiva e que mais de 50% dos eleitores atenderam ao apelo do Comitê de Karabakh de boicote às eleições, para arrancar da prisão os onze membros do Comitê, muitos dos quais pretendiam candidatar-se e tinham boa chance de vitória;

— na Kirguízia, candidatos do

aparelho foram mal votados. Um deles foi derrotado pelo correspondente local do *Izvestia*;

— em Volgograd, um escritor ultraconservador, apoiado pelo partido e pelo grupo de extrema direita, Pamiat, foi derrotado por um jovem desconhecido, candidato da Juventude Comunista (Komsomol);

— em Kiev, terceira cidade do

país, o chefe do partido, Massik, foi eliminado, bem como o prefeito da cidade;

— em Iaroslavl, onde houve uma greve importante no ano passado, o candidato do partido, general Snetkov, foi derrotado por um tenente-coronel, que propunha dispensar os estudantes do serviço militar;

Países bálticos

— na Lituânia, o movimento popular radical-democrático, **Sajudis**, obteve 30 das 42 cadeiras. O presidente da República da Lituânia e o primeiro ministro, que se opunham ao movimento, não foram eleitos;

— na Estônia, o chefe do partido só pode ser eleito com o apoio da Frente Popular, que obteve 15 cadeiras no primeiro turno;

— na Letônia, um jornalista de TV derrotou o primeiro ministro;

— em Tosmk na Sibéria, mais de 50% dos eleitores repeliram o candidato único;

— o chefe da KGB da Estônia, o comandante do exército soviético na República Democrática Alemã (RDA), o almirante da frota do Norte perderam a vez;

— morderam o pó da derrota o prefeito e o secretário do partido em Moscou, onde o resultado mais espetacular foi a vitória de Boris Yeltsin com 89,4% dos votos moscovitas (5,1 milhões).

Três mitos

As eleições derrubaram três mitos. O primeiro dizia que a **glasnost**, a democratização só interessa aos intelectuais. Agora, está claro que as massas trabalhadoras, a começar pela classe operária, souberam manifestar seu descontentamento.

O outro mito é a pretensa oposição entre as nacionalidades minoritárias e a Rússia, transformada em reduto conservador. As votações de Moscou e Leningrado mostraram o contrário.

O terceiro mito dizia que o processo eleitoral era estritamente controlado, manipulado e canalizado por Gorbachev. O confronto dos resultados com as instruções do BP e os comentários de Gorbachev mostram que a direção do PCURSS, foi amplamente ultrapassado.

Seria falso, entretanto, falar em uma derrota de Gorbachev. Sua posição "centrista", melhor ditonapartista foi reforçada ante a direita. A médio prazo tudo depende da mobilização das massas. Cabe ser prudente, portanto.

Três linhas de força emergem das posições oposicionistas vencedoras: contra os privilégios da burocracia, por maior igualdade (Sakharova exige bônus de alimentação gratuitos para os 40% mais pobres da população), por um debate sobre a pluralidade de plataformas e um sistema pluripartidário.

Retrato de um "herói"



Para definir Boris Yeltsin, pode-se dizer que ele é ao mesmo tempo a coqueluche dos moscovitas, o herói da perestroika, o mal-amado da burocracia, o líder da ala reformadora radical, um candidato populista.

Sua popularidade foi, sobretudo, conquistada no momento de sua confrontação no seio do aparelho do PCURSS e sua marginalização, em novembro de 1987, decidida pelo plenum do comitê central.

Ele defende um programa de "reorientação" da perestroika em torno de questões de necessidades imediatas da população. Esta foi a causa de sua des-

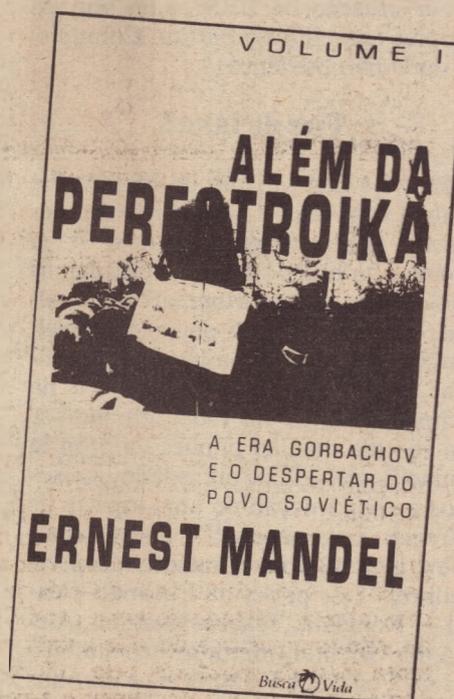
graça no interior da burocracia. Temido, por isso, pouco acesso à imprensa.

No discurso à XIX Conferência do partido, realizada em junho de 1988, Yeltsin denunciou os "segredos" do partido. "Segundo os estatutos", recorda ele, "é o comitê central quem decide como alocar o orçamento e não o aparelho do partido. Mas este tema nunca foi discutido nas sessões do comitê central (...) Sei, por exemplo, quantos milhares de rublos são destinados pelo comitê central à cidade de Moscou ou à região de Sverdlovsk. Mas como eles são gastos, eu ignoro (...) Vejo somente que, a parte das despesas racionais, constroem-se hotéis particulares, suntuosos, datchas (casas de campo), saunas de uma tal amplitude que se tem vergonha quando os representantes de outros partidos".

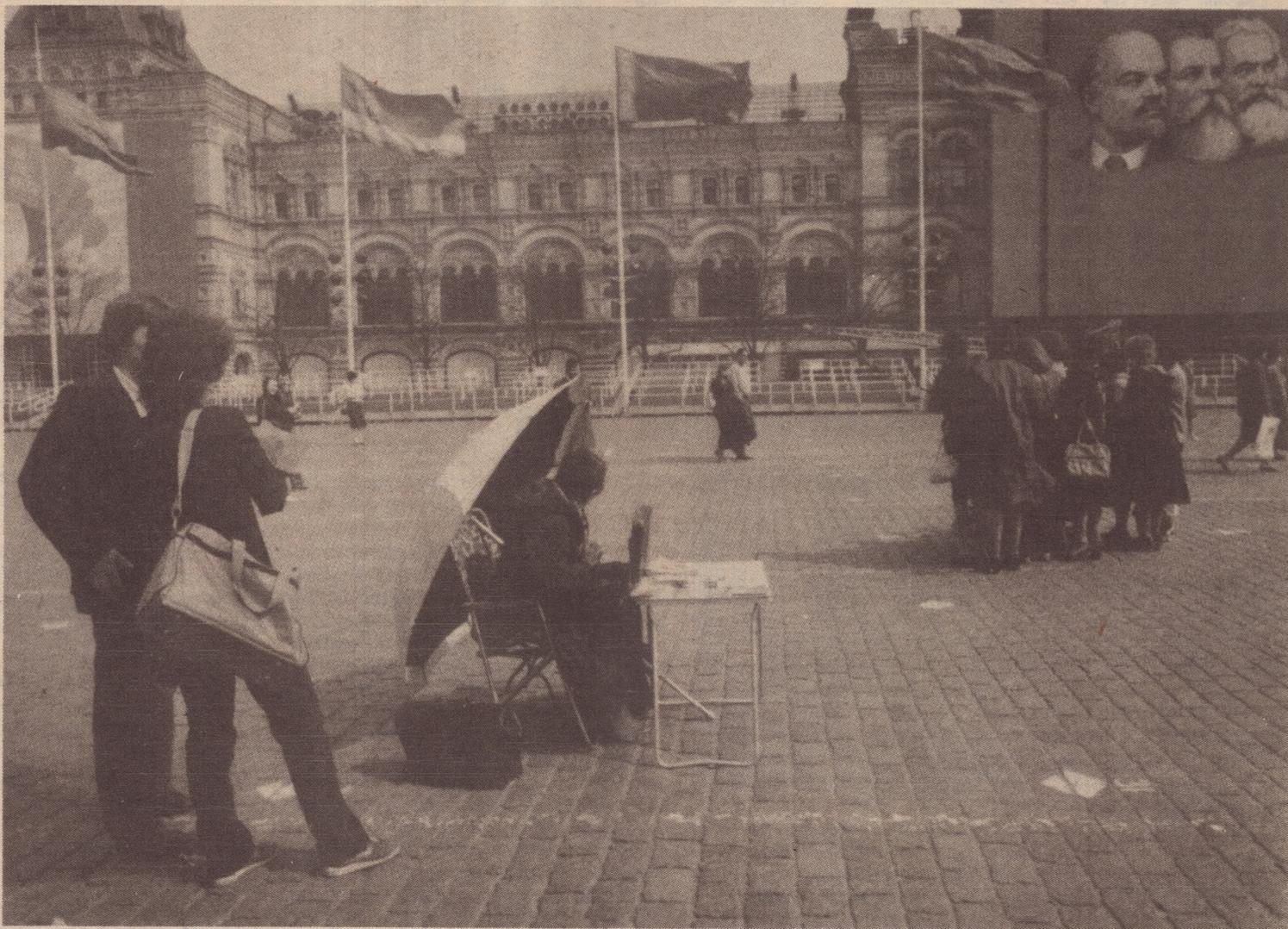
Yeltsin sugere, a partir daí, suprimir o sistema da nomenclatura, as lojas especiais, os privilégios do aparelho e reduzir consideravelmente o número de burocratas. Proclama, alto e forte, a necessidade de medidas concretas a curto prazo: construir casas, escolas, hospitais, melhorar a vida cotidiana dos cidadãos soviéticos.

Um livro que apresenta uma perspectiva radicalmente distinta das teses que têm se desenvolvido no debate atual. Mandel procura analisar as contradições do processo das reformas inauguradas por Gorbachev mostrando que a glasnost e a perestroika, longe de serem complementares, tendem cada vez mais a se opor. Ao lado da transparência, democratização, maiores liberdades de expressão e organização (glasnost) crescerá a contestação dos trabalhadores aos aspectos negativos da reforma econômica (perestroika).

Além da perestroika — A era Gorbachov e o despertar do povo soviético, Ernest Mandel — Editora Busca Vida, 208 páginas. NCZ\$ 14,80. pedidos para Editora Aparte S.A., R. Francisco Leitão, 57 CEP 05414 São Paulo, tel (011) 852-8880.



Crise no Leste Europeu



As bandeiras, os nomes, os mitos: o poder da burocracia em xeque

Atualmente, a Europa Oriental está sendo sacudida por uma crise sem paralelo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. É na Romênia, sem dúvida, que ela é mais grave. Mas, nesse país, a chapa de chumbo do regime Ceaucescu, por enquanto, pesa de tal maneira que os aspectos políticos dessa crise permanecem sufocados, menos para a minoria húngara. Na Alemanha Oriental, onde o nível de vida é mais elevado, esta crise ainda não explodiu abertamente. Mas a estabilidade relativa destes dois países, sem dúvida, não durará muito.

Ernest MANDEL

Em todos os demais países, assistimos a uma dialética entre crise política e crise econômica. Ela combina o despertar político de setores importantes da população, tentativas desesperadas da burocracia governante de cooptar, em níveis diferentes, a oposição política. A burocracia busca uma solução pragmática no rumo de um desmantelamento das conquistas sociais da classe operária, de uma abertura mais ampla em direção ao mercado mundial e do aumento do setor privado da economia — o que acarreta respostas cada vez mais fortes da classe operária e da juventude contra as conseqüências destas soluções burocrático-liberais para a população.

Este processo não pode ser compreendido sem o seu contexto internacional: pressões do Fundo Monetário

Internacional (FMI) pelo pagamento da dívida externa e por medidas de austeridade em troca de novos créditos; repercussões na Europa Oriental das reformas de Gorbachev na União Soviética e que tornam mais insuportável a manutenção de regimes neo-stalinistas; repercussões dos efeitos da reforma política posta em prática em certos países sobre os outros em que ela não foi projetada; repercussão do conjunto sobre a situação da URSS e no seio do próprio aparelho do Partido Comunista da União Soviética.

Fim de lalta?

Pode-se falar no fim da Europa desenhada em lalta (Conferência das potências vitoriosas para traçar o mapa político do mundo pós-guerra), depois da Segunda Guerra Mundial? Em qualquer hipótese, parece pouco provável, senão impossível, uma intervenção militar da URSS tal como ocorreu na Tchecoslováquia em 1968, tomando-se em conta a opinião pública da própria União Soviética. De outro lado, assistimos à coordenação de uma espécie de “frente internacional” anti-Gorbachev, incluindo os chamados “conservadores” nos países da Europa Oriental — Romênia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, minorias neo-stalinistas na Polônia e Hungria — e partidos comunistas de países capitalistas que manifestam escasso entusiasmo pela **perestroika** e pela **glasnost**.

Contrariamente ao que poderia sugerir um julgamento superficial, a burguesia européia não vê esta desestabilização com bons olhos. Ela não tem esperança de recuperar a Europa de Leste para o capitalismo. No máximo, espera uma “finlandização” militar, isto é, a retirada das tropas soviéticas de certos países, excetuada a Alemanha Oriental. De outra parte, inquieta-se profundamente com o efeito “desestabilizador” da crise da Europa Oriental sobre a situação de seus próprios países.

Existem dois eixos na “reforma política” em curso. De uma parte, o reconhecimento oficial da pluralidade partidária na Hungria, mas conservando uma associação controlada com o partido comunista, o qual atravessa um processo de acelerada diferenciação interna. De outra parte, existe a diferenciação no seio da oposição, da qual se destaca uma força operária disposta a defender seus próprios interesses imediatos sem subordiná-los a uma tática de gradualismo reformista, ou seja, um pacto social com a burocracia.

A explosão de greves na Jugoslávia, entre as quais a dos mineiros de Kosovo, é o exemplo mais radical até o momento; onda de greves na Polônia, sem dúvida minoritárias, mas dirigidas e decididas por jovens; formação de sindicatos independentes e de uma organização autônoma da juventude na Hun-

gria — a burocracia enfrenta uma situação cada vez mais explosiva.

Os partidários radicais de mecanismos de mercado, como o primeiro ministro polonês, Rakowsky, e o chefe do governo iugoslavo, acusam os trabalhadores de “desestabilizar” a situação política, desencadeando greves em plena negociação pela “reforma”. Mas os verdadeiros “desestabilizadores” são claramente os próprios governos. Em plena negociação pela reforma, continuam a decretar altas de preços ou anunciam o fechamento de fábricas que são bastiões do movimento operário, em verdadeira provocação aos trabalhadores.

Repressão

Quando os operários, cansados e desesperados com tanta miséria, respondem com greves e manifestações, o Primeiro Ministro polonês e o Primeiro Ministro iugoslavo declaram-se firmemente decididos a defender a “ordem” com a repressão. Agridem os manifestantes, lançam a polícia contra os grevistas, prendem os militantes operários.

Assim se verifica claramente a hipocrisia do argumento segundo o qual os adversários do uso excessivo dos mecanismos do mercado (uma área importante de relações mercantis na agricultura e nos serviços é de qualquer modo

As reformas na União Soviética

Como primeira etapa da discussão para o seu próximo Congresso Mundial, o Comitê Executivo Internacional (CEI) da IV Internacional, reunido em dezembro de 1988, discutiu e adotou a linha geral da resolução aqui reproduzida. O debate prossegue. Serão feitas contribuições notadamente nos itens sobre a questão nacional e a política externa.

A divulgação deste documento é uma contribuição para a informação dos dirigentes, militantes e simpatizantes do PT.

I — Quadro geral

1 — As agitações que se verificam hoje na URSS figuram entre os maiores acontecimentos da segunda metade do século XX: crise sem precedente da dominação burocrática tanto na URSS como nos países “glacis” (zona de influência militar soviética. N. da R.) e nas suas relações recíprocas; expressão nova da política de coexistência pacífica com efeitos contraditórios nos países dependentes e transformando a imagem da URSS (Ver, por exemplo, a reviravolta da opinião pública nos países capitalistas desenvolvidos).

2 — O aspecto cumulativo dos revezes econômicos é evidentemente um elemento maior da crise que atravessa a União Soviética, mas o que lhe dá profundidade é a crise de legitimidade sem precedentes que atinge o regime. Suas consequências são ainda dificilmente mensuráveis.

3 — Em um clima de descontentamento de toda a sociedade, as fontes da atual agitação combinam uma pressão social crescente de camadas da nova geração da burocracia e da intelectualidade por maior bem-estar material e cultural — e mesmo moral — com a tomada de consciência pelo cume do aparelho burocrático de que deixar as coisas neste estado conduziria ao caos. Essa direção não tem — nem pode ter — uma visão coerente da sociedade a reestruturar nem dos meios a serem empregados (verifiquem-se as divisões internas sobre este último ponto). No momento, apoia-se numa aliança de fato entre os que querem uma extensão do mercado e consideram a democracia como um mal inevitável e os que querem a democracia e vêem o mercado como um mal necessário. Estes últimos consideram, à luz das experiências precedentes, que este é o único meio não-voluntarista (não-burocrático) de lutar contra a burocracia. Se não há dúvida alguma que as reformas propostas (e mesmo impostas) do alto têm como objetivo manter o essencial — os privilégios de uma burocracia (reestruturada) — é preciso também compreender a dinâmica do movimento.

4 — Na presente situação de crise, os efeitos práticos das reformas empreendidas por Gorbachev são completamente diferentes: pela primeira vez desde os anos trinta — excetuando-se a Segunda Guerra Mundial — assis-

te-se ao início de uma mobilização em profundidade das massas soviéticas. Na classe operária esta mobilização ainda está no início, é uma realidade entre os intelectuais e em certas nacionalidades. Qualquer que seja o resultado a curto prazo das batalhas na União Soviética, foi criada uma nova situação que exclui o retorno à situação anterior.

II — Os desafios

1 — É evidente a falência dos velhos mecanismos de planificação e particularmente dos estímulos administrativamente distribuídos (materiais e ideológicos). Portanto, despertar o interesse dos produtores é o que aparece como a única solução radical. Por motivos sociais e políticos evidentes, este interesse é essencialmente concebido pelos reformadores oficiais sob o ângulo mais estreito: trata-se de ligar “naturalmente” os rendimentos dos trabalhadores à produção efetivamente realizada e escoada pela empresa. Quaisquer que sejam as preocupações de linguagem, a lógica da reforma quer que os preços e os salários sejam liberados da tutela administrativa e determinados pelo jogo do mercado o que não se distingue da reforma dos anos 60; aliás, em larga medida, ela ainda continua no papel.

2 — As resistências à reforma combinam: a) a oposição na prática de milhões de burocratas “conservadores”, cuja posição não lhes permite o alcance de visão de um Gorbachev e que evidentemente não têm nada a ganhar com a palavra de ordem “the right man at the right place” (o homem certo no lugar certo), mas não têm alternativa alguma a oferecer, com b) a expectativa do grosso da classe operária que constata que a vida cotidiana material continua tão ou mais difícil e se inquieta com as ameaças de intensificação do trabalho e ao seu emprego.

3 — O projeto atual se distingue das reformas dos anos 60 por sua dimensão política. Ante os obstáculos que se acumulavam, a equipe Gorbachev compreendeu que, para vencer, era preciso, ao mesmo tempo, reduzir o poderio dos conservadores do aparelho e mobilizar uma certa base. Daí a alta importância atribuída à *glasnost*, a certas verdades históricas, à palavra de ordem de autogestão — essencialmente reduzida à eleição dos diretores — e à

inevitável e corrige as desproporções inevitáveis da alocação planejada dos recursos antes do advento de uma sociedade de abundância) seriam partidários de uma sociedade repressora.

A realidade é o inverso: os marxistas revolucionários são adversários de toda sociedade autoritária, seja sob a burocracia estatal, seja sob administradores ou pretensos especialistas. São contra a gritante injustiça de uma “solução” que consiste em dizer a alguns “enriquecei-vos” e impedir aos demais, isto é, à imensa maioria da população, a golpes de cassete, até mesmo de defender o seu miserável poder de compra.

Nenhuma “lei econômica objetiva” impõe esta injustiça. Por trás dessas pretensas “leis econômicas objetivas” há uma opção por prioridades sociais ditadas por interesses divergentes de forças sociais diferentes: operários e camponeses; burocratas e empresários privados. Dizer que não há outro meio de acabar com o desperdício e o marasmo senão através da redução dos salários sob a palavra de ordem “trabalhar mais e ganhar menos”, sob a ameaça de desemprego, não é mais que falsidade. Existem outros meios de sair do marasmo sem tocar nos salários e no pleno emprego.

Primeiro, é preciso cortar drasticamente os grandes investimentos, exceto na indústria de bens de consumo, na agricultura e nos serviços, até que se faça uma revisão geral, pública, com livre crítica e democrática do plano. Em seguida, é preciso decretar a moratória da dívida externa, cortar todas as despesas do aparelho estatal, reduzir radicalmente as despesas militares, suspender todas as mordomias e fechar as lojas de luxo que florescem como outros tantos insultos a uma população à qual se aconselha austeridade.

Estas primeiras medidas de urgência permitiriam frear a inflação, discutir uma reforma econômica sem ferir os interesses dos trabalhadores.

Falso dilema

É preciso sair do falso dilema: economia de mercado ou planejamento burocrático. A democracia socialista implica na determinação das prioridades econômicas pelo próprio povo trabalhador organizado em conselhos democraticamente eleitos, graças a um sistema pluripartidário e às más amplas liberdades democráticas, aos direitos cívicos sem limites. Nenhum argumento técnico contesta estas soluções, mas tão somente interesses específicos dissimulados em “leis econômicas objetivas”.

Eis porque é preciso dizer *sim* sem reservas à *glasnost* agindo para que ela não pare no meio do caminho, para que ela seja levada até o fim, para que a classe operária reencontre a plenitude das liberdades de organização e de ação das quais foi expropriada pela burocracia usurpadora e parasitária.

A legalização do *Solidariedade* é uma vitória para a classe operária, apesar do preço que os dirigentes reformistas se dispõem a pagar por ela. Mas o pluralismo sindical deve ser plenamen-

te restaurado, com liberdade de organização, direito de greve, liberdade de reunião, de manifestação, de imprensa, sem entraves para os trabalhadores.

O início de eleições verdadeiras, que hoje se manifesta na URSS, é um enorme passo à frente. Mas é preciso que haja eleições realmente livres, com candidatos múltiplos para todos os postos de deputados do Congresso do Povo, e não somente em alguns casos, com o direito dos cidadãos proporem em toda parte os candidatos de sua escolha, com o direito desses candidatos se reagruparem em torno de plataformas distintas, isto é, liberdade de constituir tendências, frações e partidos diversos, sem restrições ideológicas.

Por trás da dinâmica ainda limitada e restrita da reforma política e da *glasnost* se projeta um conflito de forças sociais.

Programa operário

É significativo e doloroso, ao mesmo tempo, constatar que os partidários radicais da *glasnost* ainda não se orientam, digamos por enquanto, para uma defesa com um mínimo de consequência dos interesses dos trabalhadores. O semanário soviético *Notícias de Moscou*, em sucessivas edições, publicou as plataformas de numerosos “radicais”.

Já é um progresso real que existam plataformas diferentes e que sejam publicadas. Elas contêm muitos elementos positivos: ataques em regra contra a burocracia; denúncia do stalinismo; a reivindicação de “todo o poder aos soviets”; defesa inicial do pluripartidismo; denúncia da “nova pobreza”; proposta de melhoria prioritária da sorte dos mais pobres...

Mas estas plataformas não contêm uma única proposição em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores: nenhuma palavra sobre o direito de greve, nenhuma palavra sobre o direito dos trabalhadores se organizarem horizontalmente, em escala local, regional, nacional, federal com direções livremente eleitas. Nenhuma palavra sobre a escala móvel de salários, sobre a garantia de pleno emprego e, sobretudo, nem uma só alusão à única palavra de ordem mortal para a burocracia: controle operário e popular público sobre a produção, os transportes, e a distribuição de bens. Nestas condições, como admirar que uma boa parte da classe operária permaneça cética, na expectativa, passiva ante as reformas?

Como se admirar que seu “herói” seja mais do que nunca Boris Ieltsin, cuja candidatura descartada pelo Comitê Central foi lançada por dezenas de empresas, sobretudo em Moscou, e acabou se impondo? Os brutais ataques populistas de Ieltsin contra os privilégios burocráticos agradam aos trabalhadores. Que ele comece a levantar a questão da pluralidade partidária é um indício de potencial explosivo das reformas em curso. Mas, no momento, Ieltsin encarna uma “linha para os operários” e não uma perpétua de auto-organização. E este é o único caminho para resolver esta crise no sentido da emancipação de todos, do socialismo.

2 de março de 1989

“revitalização” controlada dos soviéticos.

4 — A política internacional de Gorbachev continua a ser regida pelo princípio de que “o que é bom para o Kremlin (ou parece ser) é bom para o mundo”. O que mudou foi a escala de preferência. Pressionada para alcançar resultados imediatos, a diplomacia soviética fixou como objetivos: a) criar condições para reduzir as despesas armamentistas; b) obter tecnologia e créditos dos ocidentais. A retirada do Afeganistão, as declarações oficiais chegando a dizer que uma boa imagem da URSS é mais eficaz para a defesa do que suas bases militares, a liberalização na própria URSS, evidentemente são pontos globalmente positivos; a administração americana está numa posição política mais desfavorável para o projeto “Guerra nas Estrelas”, por exemplo.

Nos outros países do “glacis” (zona de influência militar, N. da R.) prevalece a idéia de que uma intervenção soviética é hoje politicamente mais difícil do que nunca, o que vai obrigar as oposições a redefinirem sua estratégia. De imediato, a nova política do PCUS poderá devolver credibilidade aos “reformadores”, mas globalmente amplia as margens de iniciativa de base.

Nos países subdesenvolvidos, o comercialismo pragmático da diplomacia soviética, hoje despojada de toda fraseologia “socialista” torna mais evidente a fragilidade da sua “ajuda”. Agora, é na América Central que mais se manifesta o cinismo da burocracia, pronta a sacrificar todo apoio às lutas antiimperialistas no altar da distensão.

5 — Desburocratizar a burocracia e, para tanto, mobilizar uma parte das forças fora dela, mas dominando o processo: tal é a quadratura do círculo que a equipe Gorbachev tenta resolver empiricamente. Para evitar o papel de aprendiz de feiticeiro, como aconteceu com Dubcek, Gorbachev deve atuar de modo que o partido seja o instrumento essencial da reestruturação. Para tal fim, o próprio partido deve ser reestruturado e depurado de sua “burocracia criminoso”, a máfia. O Estado de direito visa simultaneamente garantir — e limitar — a iniciativa privada, proteger o cidadão contra o arbítrio burocrático e, de outro lado, proteger os burocratas contra iniciativas “descontroladas”.

6 — Mas na situação parcialmente caótica em que vive a União Soviética, muitas das forças liberadas conquistaram sua própria autonomia: indivíduos da *nomenklatura* (um almanaque que relaciona a burocracia, e até instituições inteiras do partido ou do Estado podem — provisoriamente ou não — oscilar. Compreender a importância política considerável de tais rupturas não significa de modo algum alimentar ilusões sobre a reformabilidade do sistema: o estabelecimento de uma democracia socialista supõe uma revolução.

III — O “trotskismo”

1 — O reexame do papel de Trotski é agora inevitável. Este é um reexame muito mais dilacerante para a burocracia

do que o dos outros dirigentes bolcheviques: atrás de Trotski existem a luta da oposição de esquerda e mais a IV Internacional, impossibilitando desse modo a desculpa de que, naqueles tempos difíceis, todo o mundo tinha se enganado ou capitulado. A última linha de batalha oficial será, portanto, a distinção entre o homem, que será lavado das acusações, as mais grotescas, e sua atividade política. Depois de ter sempre confundido Trotski com o trotskismo, agora vão mostrar a diferença. O paradoxo é que, mesmo depois de ter sido condenado por sua oposição a Stalin, Trotski se veja atualmente censurado por ter tido, na realidade, a mesma orientação do seu carasco.

2 — A luta pelo restabelecimento da

principalmente a defesa de um homem assassinado ou de seus escritos. Pela nossa existência de organização engajada pudemos tirar lições da história do movimento operário; acompanhamos particularmente todas as convulsões ligadas à desestalinização. Isto representa um capital real, não uma verdade que nos interessa revelar na URSS. Há debates realmente existentes na URSS. Devemos integrar-nos neles, para aprender e ao mesmo tempo contribuir: uma coisa condiciona a outra.

4 — À luz do que aprendemos no passado e do que a experiência pode ensinar hoje aos trabalhadores soviéticos, devemos ajudá-los a evitar uma escolha enganosa: remendar o antigo sistema ou fuga para a frente em direção ao desenvolvimento do mercado (ou

ria. As prudentes experiências feitas nesse sentido até o momento ferem o sentimento de justiça dos trabalhadores: eles se vêm penalizados por malogros na produção por cujas razões não são responsáveis. Inversamente, por condições de mercado pelas quais igualmente não são responsáveis, os produtores de bens acabados ou de serviços podem alcançar lucros desmedidos em relação à quantidade de trabalho empregada: sob muitos aspectos, trata-se da legalização dos expedientes e das especulações já existentes. (Ver o “sucesso” muito contraditório das primeiras cooperativas). Os trabalhadores não podem sentir-se participantes de um tal programa.

É por esta razão que a *perestroika*, que se reivindica sem cessar a demo-



Febre em Moscou: a política vai às ruas

verdade sobre Trotski é, portanto, um combate político importante: atinge as raízes do próprio stalinismo e é condição de sua crítica radical. Muitos soviéticos travarão esse combate por motivos de salubridade moral (sem referência a um acordo com suas idéias que são ainda pouco conhecidas): Leon Trotski encarnando a única filiação histórica com a Revolução de Outubro e a luta intransigente contra o stalinismo.

Muitos dos ataques contra Trotski também não serão provenientes tanto das nostalgias do stalinismo como daqueles que, taticamente, ainda não podem atacar Lenin de frente, para contestar a Revolução de Outubro. Cada vez mais, a defesa da Revolução só poderá ser feita mediante a defesa de Trotski. Eis porque o Programa da Oposição de Esquerda será um ponto de escala obrigatório para os que pretendem defender o socialismo na URSS.

3 — Mas o “trotskismo” não é prin-

qualquer combinação bizarra das duas coisas). Defenderemos, portanto, os pontos seguintes:

IV — Nosso papel

A *perestroika*

1 — Como deixou bem claro o impasse do Solidariedade, na Polônia, a concepção de conjunto da sociedade a ser construída, lançada pela oposição, é uma questão muito mais candente do que nos países capitalistas onde a produção social, de qualquer maneira, é decidida pelo mercado. Mas há mais: as opções a serem feitas hoje, além de suas implicações futuras, condicionam imediatamente as possibilidades de mobilização social.

2 — Com efeito, a ampliação substantiva do mercado na URSS significaria, na prática, uma elevação colossal dos preços, uma intensificação do trabalho e a ameaça de desemprego, sem trazer, por outro lado, melhora significativa do abastecimento para a maio-

cracia, introduz suas reformas autoritariamente, pelo alto (mesmo que o pretexto invocado seja a resistência dos burocratas de baixo nível). Os desenvolvimentos posteriores revelarão ainda mais a ingenuidade da identificação do mercado com a democracia.

3 — O mercado como antídoto “natural” da burocracia, portanto, só é convincente para os que não compreendem a necessidade da mobilização operária, a única força capaz de quebrar o poder da burocracia. Apesar das aparências, na hora presente, é uma resposta abstrata aos problemas atuais da luta antiburocrática.

Quanto às soluções a mais longo prazo, a experiência iugoslava demonstra que o mercado muda as características da burocracia, mas não a suprime. Acabou por esvaziar a autogestão operária de sua substância.

Nos Estados operários burocratizados que, no essencial, aboliram a lei do mercado, as reivindicações democráticas adquirem rapidamente uma dinâ-

mica revolucionária: política e economia são intimamente imbricadas. Uma das esperanças dos reformadores oficiais é que a extensão das relações mercantis embote e pulverize os conflitos. Em resumo, na atual situação de crise, o mercado representa cada vez mais uma bóia de salvamento do que ameaça para a burocracia.

4 — Esta oposição à ampliação das relações de mercado, como solução para a crise de planificação, não deverá ser associada a qualquer idealização da planificação stalinista que desembocou no monstro de agora. Como também não é a recusa pura e simples da utilização de categorias e de mecanismos de mercado ou mesmo de iniciativas privadas, notadamente no comércio a varejo e em certos serviços. Em cada caso, ela deve ser argumentada de modo concreto.

5 — A partir de temas centrais das reformas atuais, três grandes domínios permitem ilustrar uma solução ao mesmo tempo antiburocrática e antimerca-

a) — As questões do **emprego**: o pleno emprego produzido pela planificação burocrática nem de longe é o bom emprego, nem é o trabalho desalienado, responsável e qualificado. Substituir esse tipo de pleno emprego pelo desemprego, evidentemente, é uma deterioração da situação dos trabalhadores atingidos. Ao contrário do que afirmam os “especialistas”, não implica, portanto, em melhora da produtividade e da eficácia do conjunto do sistema. Uma lógica de solidariedade implica em:

1) — um julgamento da eficácia das produções existentes que não seja somente local e a curto prazo, mas que tome explicitamente em conta o julgamento direto dos produtores e consumidores envolvidos (o rendimento social ótimo não é a soma das rentabilidades locais medidas pelo lucro);

2) — mecanismos de reconversão que assegurem um novo posto de trabalho, após requalificação, com controle dos sindicatos e soviets democráticos.

b) A **ecologia**: a proteção do meio ambiente — e do futuro — impõe formas de controle social que mobilizem ao mesmo tempo as técnicas camponesas, os pesquisadores científicos e as populações. Este controle necessário se opõe tanto à lógica burocrática quanto à do lucro. Na URSS, interfere imediatamente na questão das relações entre as repúblicas e o centro na tomada de decisões e no controle das opções.

c) Os **serviços públicos**: a saúde e a educação gratuitas, as moradias e os transportes baratos garantidos pela planificação burocrática não significam serviços em qualidade e quantidade suficientes. Sua distribuição se faz, portanto, à base de privilégios de função e/ou de “bakchichs” (suborno). A privatização dos serviços substituiria (ou simplesmente duplicaria) estes antigos privilégios, legalizados, pelo dinheiro — enquanto o mínimo assegurado pelos serviços públicos permaneceria por toda parte com a mesma má qualidade de sempre.

É possível opor-se a esta lógica:

1) reivindicando a um debate nacio-

nal sobre as grandes prioridades de investimentos públicos;

2) desenvolvendo também aí o papel dos soviets nos diferentes níveis do território e a auto-organização dos produtores e usuários envolvidos — antes de tudo, as mulheres, as primeiras atingidas pelo atual estado deplorável da saúde e dos serviços sociais. O controle público da qualidade dos serviços produzidos e de seu modo de distribuição se oporá frontalmente tanto

rapidez de sua evolução e a especificidade da URSS em relação aos vizinhos do Leste significam também uma falta de acumulação e de distância para uma avaliação que exige prudência quanto a muitas questões políticas — e forçosamente as táticas.

a) A experiência da luta antiburocrática combina palavras de ordem que põem em questão certas instituições existentes, reivindicam a democratização radical de outras e a criação de for-

de massa coloca necessariamente a questão do pluralismo das opções — notadamente do pluralismo dos partidos e de sua função. Desembocará na exigência 1) de uma separação do/dos partidos do Estado; 2) da democratização do próprio PCUS, o que encerra a lógica de sua desagregação; 3) no direito de criação de outras organizações políticas.

b) As relações entre nacionalidades. É evidente que esta é uma questão das mais explosivas. É também uma das mais complexas e na qual a reflexão marxista-revolucionária permanece em um nível muito geral. O centralismo staliniano precisou de uma russificação da URSS — mas num contexto de poderosas resistências nacionais. A burocracia soube, igualmente, apoiar-se em ligações “nacionais” corrompidas (como fez Brejnev).

Sustentamos sem restrição os direitos democráticos de autodeterminação até o direito de separação — o que não significa que uma palavra de ordem separatista esteja atualmente em pauta ou que nos pareça oportuna. Ela pode tornar-se atual se o quadro soviético evoluir muito lentamente em relação à dinâmica da democratização nas repúblicas. A questão deve ser analisada em seu contexto histórico e político, indagando qual a palavra de ordem que mais favorece as lutas contra a opressão nacional e social. As reformas atuais estimulam no momento uma dinâmica predominante de autonomia no seio da Federação — ao menos na medida em que as perspectivas de democratização mostram credibilidade localmente e na escala da União.

As relações entre repúblicas soviéticas, como entre Estados “irmãos” do COMECON (Mercado Comum dos Países do Leste N.T.) novamente impõem a rejeição da alternativa burocracia/mercado: as formas democráticas de relações planificadas podem apoiar-se na solidariedade e interdependência consentidas. Implicam transparência das opções feitas em comum e no controle público pelos interessados. A confiança recíproca entre nacionalidades implica uma revisão crítica transparente da história — uma renegociação do Pacto de Varsóvia. A premissa é evidentemente a retirada de suas tropas da Tchecoslováquia.

8 — A luta por uma democracia socialista na URSS passa pelo desenvolvimento de correntes marxistas-revolucionárias, dando à luta antiburocrática sua plena dimensão emancipadora e assegurando sua ligação política com todos os que, no resto do mundo, lutam contra a exploração e a opressão. Assim, estas correntes poderão enriquecer as lutas anticapitalistas com sua experiência antiburocrática e, ao mesmo tempo, poderão receber do exterior uma visão internacional indispensável, mas difícil de se formar no interior das fronteiras da URSS. Deverão também ligar-se a seus camaradas que, nas ditas “democracias populares”, se empenham no mesmo combate; com sua tomada de posição anti-grão-russa, ajudarão a combater as tendências nacionalistas reacionárias.

Paris, 20 de dezembro de 1988



Sob uma bandeira vermelha, os partidários de Yeltsin em Moscou

ao burocratismo quanto a uma estreita lógica de rentabilidade de mercado, inapropriada e injusta.

6 — Em resumo, contra os partidários do mercado que se enfeitam com as virtudes do radicalismo e contra os conservadores que pretendem imobilizar as conquistas sociais, nós oporemos o caminho do socialismo ainda não trilhado na URSS, a via que combina a democracia política e econômica: a da eletrificação mais o poder dos soviets (alusão à fórmula de Lenin para a edificação socialista. N. da R.)

A **glasnost**

7 — Pela primeira vez em décadas, a atividade política tornou-se um fenômeno de massas na URSS. A novidade das condições abertas pelas reformas, a

mas de auto-organização. Somar-se às batalhas, quando são realmente conduzidas pela democratização de instituições existentes, não implica de modo algum em alimentar ilusões sobre sua execução: em muitos casos essas instituições explodirão. Mas isto pode ser uma etapa para a necessária conscientização.

A necessidade de sindicatos que defendam os trabalhadores vai tornar-se candente com a aplicação da reforma. As palavras de ordem oficiais de democratização das organizações de massa e de revitalização dos soviets visam a canalizar os movimentos de base — mas também podem favorecê-los; as frentes populares são uma prova disso.

A democratização dos organismos

XV - A revolução vietnamita

1ª PARTE

Uma verdadeira epopéia, um dos movimentos mais heróicos que a humanidade já conheceu, uma luta que atravessou o século XX e que foi capaz de derrotar o imenso poderio bélico dos EUA.

Nesta primeira parte, traçamos a evolução da luta do povo vietnamita desde as suas raízes no início do século até 1945.

O Vietnã desfrutou um milenar período de independência até 1885, quando tropas francesas o invadem e impõem um domínio colonial imperialista. Rapidamente, a velha estrutura social do país é destruída, a economia é reestruturada de acordo com os interesses do imperialismo. A população tem o seu sofrimento aumentado com novos impostos e pela destruição de suas tradicionais formas de vida. Aumentam a miséria e o analfabetismo.

A reação ao imperialismo deu surgimento a correntes nacionalistas, que desenvolvem várias insurreições localizadas, sistematicamente esmagadas. As mudanças estruturais, embora tenham destruído as bases de sustentação das antigas classes dominantes, não permitem condições para o desenvolvimento de uma burguesia nacional sólida. O imperialismo prefere continuar utilizando as antigas classes dominantes em função dos seus interesses, ao mesmo tempo que destrói e corrompe a cultura e os antigos valores.

Ao lado do modo de produção capitalista, sobrevive muito da antiga produção pré-capitalista. Convivem, em uma articulação particular, que beneficia o imperialismo, dois modos de produção e duas civilizações diferentes. O processo de luta expressa essa combinação peculiar. Nisso reside muito da originalidade da revolução vietnamita.

Luta antiimperialista

Todo o processo de resistência, com lutas e insurreições camponesas, criou uma tradição histórica de combate antiimperialista. A integração do Vietnã no modo colonial do imperialismo francês, criou as bases para o surgimento da burguesia vietnamita, uma burguesia frágil, e da classe operária, localizada em algumas regiões do país. Com elas apareceram as condições para a penetração de novas ideologias como o liberalismo e o socialismo.

Os primeiros marxistas vietnamitas tiveram sua formação na França, entre estes Ho Chi Ming. Ho Chi Ming, que durante sua vida teve vários nomes, exilou-se voluntariamente em 1911. Trabalhou como marinheiro durante muitos anos. Terminou instalando-se em Londres e, depois, foi para Paris, onde passou a militar na Juventude Socialista. Ligou-se à sua ala esquerda e, posteriormente, em 1920, participou da fundação do PC Francês. Passou, então, a organizar o trabalho comunista dirigido às colônias francesas, principalmente ao Vietnã.

Em 1924, participa do V Congresso da Internacional, em Moscou. Em 1925, vai para a China, junto com Borodine, delegado, na China, da I.C., onde organiza a Associação da Juventude Revolucionária, um movimento político vietnamita, que aparece com um viés nacionalista. Esse movimento

iria, pouco a pouco, introduzindo no Vietnã as idéias, o vocabulário marxista, além da compreensão do papel político da classe operária. Pode ser considerado, dessa forma, como uma espécie de movimento de transição entre o nacionalismo e a formação do Partido Comunista.

A situação era favorável ao desenvolvimento de movimentos nacionalistas revolucionários. Em 1926, é preso Nguyen an Ninh, líder nacionalista. Surge, então, uma ampla vaga de greves de solidariedade ao mesmo. O processo se radicaliza e com isso a esquerda nacionalista suplanta a influência da ala moderada. Uma das maiores expressões desse processo é Ta Thu Thau, dirigente do grupo Juene Annam, que avança para posições revolucionárias, sendo futuramente o mais influente líder do trotsquismo vietnamita.

Nesse momento histórico é que acontece justamente o massacre de Shangai pelas tropas do Kuomintang chinês. O impacto no movimento nacionalista e no movimento socialista mundial, principalmente na Ásia, é enorme. Apesar de Shangai, em agosto de 1928, é realizado o VII Congresso da Internacional Comunista, no qual a fração estalinista é vitoriosa, fato que terá uma enorme influência em todo o movimento revolucionário mundial.

Primeiros passos

A Associação da Juventude Revolucionária (Thanh Nien), dirigida por Ho Chi Ming, apesar da ilegalidade e da repressão, tem um crescimento muito grande, demonstrando, com isso, que existia uma situação de radicalização do movimento social. O primeiro congresso da Associação tem como questão central a oportunidade da criação imediata de um Partido Comunista. A discussão é dura. Uma pequena maioria é contra a proposta de criação imediata do P.C. A minoria resolve, então, sair do Congresso e construir um partido comunista. Logo depois, surge uma outra articulação que se reivindica comunista.

Em 1930, Ho Chi Ming, por orientação da Internacional, unifica os três agrupamentos em um só partido comunista. Não era um partido monolítico, como era a orientação do estalinismo nessa época. Pode-se considerar também que era, ao mesmo tempo, um momento de superação do nacionalismo vietnamita.

Uma das peculiaridades do processo vietnamita é que o partido surge após um período de cerca de dez anos de contatos com a Internacional Comunista. Neste período, Ho Chi Ming par-



ticipa sistematicamente da Internacional, mas evita sempre se posicionar mais diretamente ao lado de qualquer das correntes em disputa. Uma das características mais constantes em Ho Chi Ming foi, na verdade, não se opor diretamente às resoluções da Internacional, mas adaptá-las, de acordo com seu pensamento, à situação vietnamita.

O cenário político era de efervescência. Surgem vários movimentos grevistas no período de 1930/1931, tendo como uma das suas bases a reação às repercussões da depressão econômica que afetava todo o sistema capitalista mundial nessa época e que aumentava a miséria colonial no Vietnã.

Em fevereiro de 1930, o Partido Nacionalista tenta uma insurreição em Yen Bai. Ela é sufocada violentamente pelas tropas francesas, e isso termina significando, objetivamente, o aniquilamento do Partido Nacionalista. O PC, que tinha crescido muito, tem com isso condições de hegemonizar, a partir

de então, o movimento de combate ao imperialismo.

O jovem PC, nesse mesmo ano, resolve impulsionar em duas províncias, insurreições, que são vitoriosas. Tem início uma experiência soviética. As tropas francesas, porém, intervêm, destruindo brutalmente essa experiência. Ao final, dez mil trabalhadores e camponeses tinham sido mortos e cerca de cinquenta mil outros presos e deportados para uma ilha-prisão. A direção do PC termina sendo toda presa. A política do "3º período", impulsionada pela direção estalinista da Internacional, levou também ao desastre no Vietnã. Tempos após, essa política foi duramente auto-criticada pelo Partido Comunista Vietnamita.

Novas definições

As derrotas dos comunistas na China e no Vietnã, as divergências no seio da Internacional fazem com que as po-

sições defendidas por Trotski ganhe adeptos no Vietnã.

Nessa época, L. Trotski defendia continuar lutando dentro da Internacional Comunista, para resgatá-la para a revolução. Tendo como bases as idéias defendidas por L. Trotski, terminam surgindo três grupos no Vietnã. Logo depois se deu um processo de unificação entre dois desses grupos, sob a liderança de Ta Thu Thau.

Apesar da política oficial da Internacional Comunista, é realizada uma frente eleitoral entre o PC indochinês e os trotsquistas do grupo liderado por Ta Thu Thau, para as eleições de Saigon, em 1933. É apresentada uma lista comum, tendo como base um programa de reivindicações democráticas e econômicas e publica-se um período comum.

Essa unidade de esquerda foi vitoriosa, elegendo dois candidatos, um ligado ao PC e outro vinculado aos trotsquistas, logo depois, a administração colonial francesa cassa os dois mandatos anula os votos conseguidos pela frente e prende vários de seus membros. A unidade de esquerda passa, então, a lutar pela libertação dos seus membros presos.

Um novo giro

Em agosto de 1935, a Internacional Comunista realiza o seu VII Congresso e define uma nova orientação: a constituição de Frentes Populares.

Para o movimento comunista mundial significou um profundo giro de orientação: passava-se, da noite para o dia, de uma política esquerdista e sectária, a do "3º período", que dizia que a revolução estava na ordem do dia, que tratava-se de disputar o poder imediatamente, e que os socialdemocratas, que tinham partidos de massas, como milhões de trabalhadores em suas fileiras eram "socialfascistas", para uma política diametralmente oposta, em que, na prática, com o argumento de combater o perigo "nazi-fascista", colocava os partidos comunistas a reboque das burguesias liberais.

Quando a Frente Popular chegou ao governo, na França, as condições para um trabalho legal da esquerda foram criadas no Vietnã. Com isso, os trotsquistas e o PCI resolvem organizar um congresso indo-chinês, baseado em cerca de 600 comitês de ação, constituídos por trabalhadores. O centro desse trabalho era Saigon, onde os trotsquistas eram especialmente fortes, e no Vietnã do Sul.

As divergências entre os dois grupos tinham, no entanto, aumentado. O PCI, seguindo a política de frente popular, tinha passado a defender uma Frente Democrática Indochinesa. Os trotsquistas continuavam a defender uma frente anti-imperialista, já que eram contra a política de Frente Popular. Enquanto o PCI fazia uma direitização de sua política, os trotsquistas desenvolvem uma forte política contra os créditos de guerra, contra o militarismo e pelas reivindicações de reforma agrária e libertação nacional. O processo é de radicalização e a influência dos trotsquistas cresce, principalmente em Saigon. Mesmo assim, os dois grupos voltam, em abril de 1937, a se apresentarem juntos nas eleições.

O PCI, no entanto, termina rompendo a frente de esquerda. Logo depois,

os trotsquistas lançam um forte movimento grevista. O poder colonial, ainda sob a direção da Frente Popular, prende Ta Thu Thau durante dois anos. Nas eleições de Saigon, em 1939, os dois agrupamentos se apresentam às eleições separados. Os candidatos apresentados pelos trotsquistas obtêm uma votação massiva, cerca de 80% dos votos. Os apresentados pelo PC apenas 1%. Isso significou, logicamente, uma forte discussão interna no PC.

A situação política ainda fica mais complicada quando, em 1939, Stalin e Hitler assinam um pacto de não agressão. A Alemanha nazista deixa, então, de ser a "inimiga principal" e a França e a Inglaterra, que eram, até então, aliadas para os estalinistas, passam a ser "belicistas". Nesse momento, cai o governo da Frente Popular na França. O novo governo francês resolve, em 26/9, colocar na ilegalidade o PCF. No Vietnã, a repressão sobre a esquerda não tardou: centenas de militantes foram presos e a suas organizações foram ilegalizadas.



Ho Chi Minh aos trinta anos (1920) em uma reunião em Paris

Com o início da guerra, a Alemanha ocupa a França. Em 1940, o Japão invade a Indochina. No Vietnã, a administração colonial francesa, seguindo orientação da sua metrópole, passa a dar colaboração aos japoneses. A pressão do povo vietnamita contra o novo invasor aumenta a cada dia. O PCI, em janeiro de 1941, lança duas insurreições (My-Tho e Do-Loug). Elas são sufocadas rapidamente. Apesar disso, surge a primeira unidade de guerrilha controlada pelo PCI. Essa unidade é uma espécie de embrião do futuro "Exército de Libertação Nacional do Vietnã".

Viet Minh

Em maio desse mesmo ano, o PCI cria uma organização com o nome de "Liga para a Independência do Vietnã" (Viet Nam Dock Lap Dong Minh Hou). Era um movimento na-

cionalista amplo, constituído por camponeses, operários, pequenos-burgueses, burguesia nacional e latifundiários anticoloniais. Logo depois, na fronteira com a China, é preso Ho Chi Ming, que é muito torturado.

Em 22 de dezembro de 1944 é constituído o "Exército de Libertação do Vietnã", tendo como base uma estratégia de guerrilha e de libertação de territórios. A II Guerra Mundial estava se aproximando do fim. O povo, cansado dos desmandos dos colonialistas, começava a se revoltar. O Japão, em março de 1945, lança-se contra a administração colonial francesa no Vietnã, desarma as tropas francesas, declara o Vietnã um "Estado Independente" e impõe um governo fantoche, a ele subordinado.

O Viet Ming declara, então, os japoneses como os "inimigos principais". Abrem-se condições para uma espécie de frente com os franceses contra os japoneses. Em 8 de agosto, a URSS declara guerra ao Japão. No dia 13 do

Viet Minh. Todo o Vietnã, em 25 de agosto, estava em suas mãos. Ho Chi Minh lê, em Hanoi, a 2 de setembro, a declaração de independência.

Ofensiva colonialista

A política estalinista mundial permite, no entanto, que todo esse processo revolucionário seja massacrado. Os acordos de Yalta e Postdam reconhecem o Vietnã, Camboja e Laos como da "zona de influência ocidental". Um dado ilustrativo disso é que Moscou só vai reconhecer o governo popular do Vietnã em 1950, dois meses após a tomada do poder, na China, pelos maoístas.

Como parte desse acordo mundial, no dia 10 de setembro, chegam tropas britânicas ao Vietnã. O Viet Minh as recebe com grandes manifestações. Eram "tropas aliadas". Os Comitês Populares, sob direção dos trotsquistas, posicionam-se contra elas e lançam um manifesto. No dia 14, toda a direção dos Comitês é presa e mandada para a cadeia de Ben Sur. Os trabalhadores levantam barricadas nas ruas, matam vários franceses, atacam armazéns, fábricas e o porto e fazem um desfile pelas ruas. Os estalinistas passam a combater, ainda mais duramente, os trotsquistas.

As tropas britânicas, que tinham, logo que chegaram ao Vietnã, desarmado as tropas japonesas que ainda estavam no país, derrubam nos dias seguintes o Viet Minh do poder, proibem a imprensa vietnamita, declaram o estado de sítio e o toque de recolher, proibem manifestações públicas e a posse de armas. Depois, deixam chegar ao país novas tropas francesas, que eram "tropas aliados de reforço". Logo que estas tropas chegam ao Vietnã, assassinam os trotsquistas que estão presos. Pouco depois o Viet Minh é obrigado a sair de Saigon, e as rebeliões operárias são violentamente reprimidas pelas "tropas aliadas".

Ta Thu Thau, a grande liderança trotsquista no Vietnã, após conferências com Ho Chi Ming, em Hanoi, quando estava voltando para o sul, é preso. Graças à mobilização dos Comitês Populares é absolvido. Mesmo assim, é transferido de uma prisão para outra até ser assassinado, por ordem do dirigente estalinista Tran Van Giau. Vale ressaltar que essa política de eliminação física de opositores não era parte da tradição do PC Vietnamita. Ho Chi Ming disse depois, em uma entrevista, que Ta Thu Thau "foi um grande patriota e que choramos por ele". Esclarecer melhor esse episódio é ainda uma necessidade política e histórica.

Em 6 de março, Ho Chi Minh assina um acordo com os franceses em que se reconhece o Vietnã como "um estado livre com governo, parlamento, exército e sistema" fiscais próprios, dentro do marco da Federação Indochinesa e da União Francesa". Apesar de todos os esforços, de todas as concessões de Ho Chi Minh, as negociações não levam nem à paz nem à independência. A frota francesa bombardeia Haiphong, matando seis mil pessoas. Começa, então, uma guerra entre a República do Vietnã e as tropas francesas. Começava uma nova etapa da longa luta do povo vietnamita pela sua libertação.

Uma vez mais, o tema central de um congresso do PCI foi o "novo". Assim, um novo secretário-geral, Achille Occhetto, entronizado no ano passado, anunciou, com recursos espetaculares, um "novo curso".

Cerca de 1402 delegados, representando um pouco menos de um milhão e meio de membros, participaram do congresso. 270 delegados convidados (não membros do partido, com direito de palavra mas não de voto) estavam presentes. As mulheres (28% dos membros do partido) participaram com 34% dos delegados.

A resolução minoritária, apresentada por Cossutta, obteve 21 votos e 7 abstenções. O novo comitê central, sensivelmente maior em termos numéricos, é composto de 300 membros. Sua eleição, em votação secreta, colocou à margem os representantes mais conhecidos da "direita" (é o caso de Luciano Lama antigo secretário geral da Confederação Geral Italiana do Trabalho — CGIL, central sindical vinculada ao PCI — que, sobre um total de 837 votos, obteve 103 votos contra e 147 abstenções). A porcentagem de mulheres presentes ao comitê central passou de 18 a 31%.

A leitura dos documentos, da mensagem de Occhetto ao congresso, das suas conclusões e das intervenções de seus colaboradores mais próximos, não indica a presença de novidades substanciais.

Quando de seu congresso de 1985, o PCI já havia proclamado a sua social-democratização com "sua integração na esquerda européia". Ele não pode, portanto, executar hoje um novo "salto de qualidade". Não pode agora senão acentuar sua evolução rumo a concepções liberais-democratas ou liberais-socialistas, obscurecendo, em suas análises e orientações, toda idéia de luta de classes.

Detalhe revelador: se a cobertura do jornal diário do partido é fiel, parece que os oradores quase não empregaram a expressão classe operária, preferindo falar do "mundo do trabalho". Da mesma forma, eles não apresentaram seu partido como o partido da classe operária ou dos trabalhadores. O movimento operário parece, aliás, ter desaparecido completamente do vocabulário dos congressistas (salvo na intervenção de Gorbachev, aparecido pessoalmente nas telas do congresso).

O acento programático é doravante colocado sobre "os direitos dos cidadãos", retornando à época pré-marxista, e os objetivos são dirigidos para as reformas institucionais, entre as quais emerge a reforma eleitoral (além disso, ainda não precisada). Sobre o terreno socioeconômico, o objetivo é introduzir uma "democracia econômica", o que não representa em si uma idéia original, mesmo em relação às idéias propostas pelo partido no passado.

Aliança com o PSI

Ao menos no que se refere à perspectiva política, o congresso introduziu alguns elementos novos. A idéia de uma alternativa política havia sido lançada, sobretudo após o abandono do "compromisso histórico", mas as interpretações que lhe eram atribuídas por seus partidários eram com frequência diferentes ou mesmo contraditórias. Parece, entretanto, claro que se trata agora de uma alternativa à Democracia Cristã e a seu governo: uma aliança com o



Para onde vai o PCI

O marxismo e a própria idéia de luta de classes está cada vez mais distante do Partido Comunista Italiano: no Congresso de Roma, recém-realizado, o partido reage ao seu declínio eleitoral cedendo mais terreno à pressão da socialdemocracia e do liberalismo.

Partido Socialista Italiano e outras formações políticas, presentes ou não no governo, é a condição para que a alternativa se concretize.

Essa formulação não encobre, entretanto, as divergências táticas a respeito da entidade frente ao PSI com o objeti-

vo de facilitar sua evolução: alguns propõem uma atitude temporariamente conflituosa; outros defendem que o partido reconheça mais explicitamente seu erro na análise do PSI a partir da metade dos anos 1970, alterando sua orientação e seus métodos.

IMPRESSO

Ocaso da "esquerda"

O congresso de Roma adotou novos estatutos: o centralismo democrático foi explicitamente abandonado e as células foram suprimidas. Isto é incontestavelmente uma mudança. É verdade que quando o PCI critica o centralismo democrático, ele visa na realidade o centralismo burocrático da época stalinista e pós-stalinista. Se doravante os membros do partido desfrutarem dos direitos democráticos mais amplos, as tendências são proibidas.

De fato, os direitos das minorias sofreram mudanças, mesmo no momento do Congresso. Assim, o documento crítico de Cossutta não foi submetido a voto senão em um número muito limitado de seções: as moções e emendas mais importantes adotadas por uma série de congressos regionais foram tratadas de modo bastante arrogante (não levadas em consideração ou esvaziadas de seu conteúdo).

Neste congresso, o debate foi, entretanto, menos conflituoso que no congresso precedente: confirmou-se explicitamente o desaparecimento da esquerda representada por Pietro Ingrao, da mesma forma que pelos antigos membros do grupo **II Manifesto** (Lucio Magri). Uns e outros aprovaram os documentos majoritários com os informes, limitando-se a exprimir diferenças muito parciais.

É verdade que Cossutta e seus partidários, apresentaram, pela primeira vez, um contra-informe. Cossutta concluiu sua intervenção no congresso perguntando se havia ainda espaço para comunistas no PCI. Mas a sua fraqueza reside sobretudo no fato que sua referência continua sendo o PCI da era Togliatti. Sobre o terreno internacional, são partidários fervorosos de Gorbachev que, entretanto, dá o seu apoio a Occhetto. Notemos finalmente que, no comitê central, Cossutta votou pela reeleição de Occhetto para a secretaria-geral.

Nas semanas que precederam o congresso, jornais de grandes tiragens lançaram o debate da "casa comum" da esquerda a ser construída para 1992 e, porque não, até para antes. Trata-se na realidade de especulações ou manobras táticas conjunturais. O PSI de Bettino Craxi não joga em uma unificação a curto prazo, na medida em que espera se reforçar mais no plano eleitoral e continuar a explorar a margem de manobra existente entre o PCI e a DC.

O PCI é obrigado a reafirmar sua própria identidade em um esforço para evitar que não prossiga seu declínio eleitoral. É por causa disso que a ênfase foi colocada, neste congresso, sobre a proclamação de sua autonomia em um espírito de patriotismo de partido que havia sido um pouco esquecido. Só o futuro nos dirá se tal método pode ser eficaz. A definição está próxima já que as eleições européias serão para o PCI, de uma grande importância.